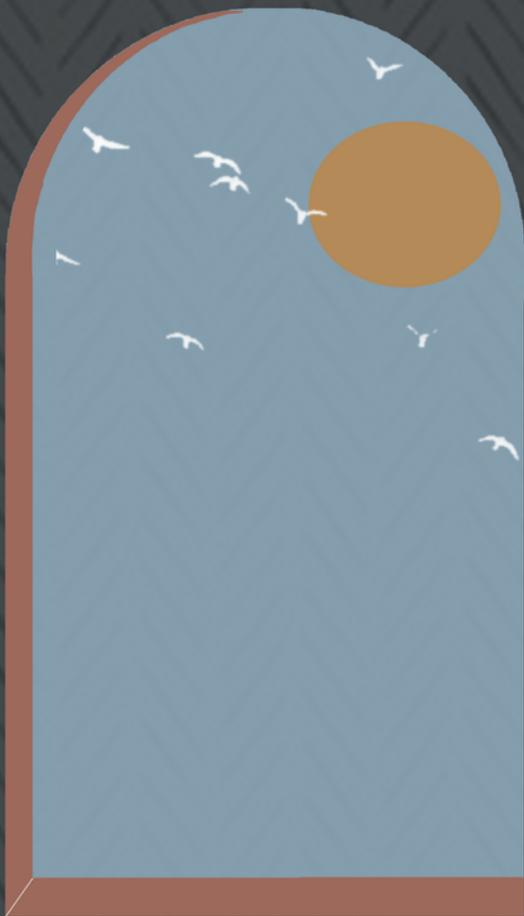


ALÉXIA ROCHA



Casa de semiliberdade para adolescentes
do sexo feminino em conflito com a lei
em Fortaleza.

UNICHRISTUS - CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CASA DE SEMILIBERDADE PARA ADOLESCENTES
DO SEXO FEMININO EM CONFLITO COM A LEI EM
FORTALEZA.

FORTALEZA
2021

ALÉXIA ARRUDA ROCHA

UNICHRISTUS - CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CASA DE SEMILIBERDADE PARA ADOLESCENTES
DO SEXO FEMININO EM CONFLITO COM A LEI EM
FORTALEZA.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC) APRESENTADO AO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL
EM ARQUITETURA E URBANISMO.

ORIENTADORA: PROFA. DEBORAH
LINS.

FORTALEZA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração
De Ficha Catalográfica do Centro universitário Christus
- Unichristus, com dados fornecidos pela autora

Rocha, Aléxia Arruda. Casa de semiliberdade para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei em Fortaleza. / Aléxia Arruda Rocha. - 2021. 80 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Christus - Unichristus, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2021. Orientação: Profa. Ma. Deborah Martins e Oliveira Lins.

1. Casa de Semiliberdade. 2. Mulheres. 3. Arquitetura e Urbanismo.
I. Título.

ALÉXIA ARRUDA ROCHA

CASA DE SEMILIBERDADE PARA ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM
CONFLITO COM A LEI EM FORTALEZA

TCC APRESENTADO AO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO CHRISTUS, COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
BACHAREL EM ARQUITETURA E URBANISMO.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

PROFA. MA. DEBORAH MARTINS E OLIVEIRA LINS
CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS (UNICHRISTUS)

PROFA. MA. CAROLINA DE OLIVEIRA CARVALHO RIBEIRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS (UNICHRISTUS)

ARQ. DRA. ADRIANE DE LUCA TEIXEIRA

FORTALEZA
2021

Agradecimentos

À minha mãe, que sempre me apoia, me abriga no seu abraço e é meu porto seguro. Ao meu pai, meu grande apoiador, que sempre está por perto disposto a me levantar. À minha irmã, minha alma gêmea e meu orgulho. Aos meus avós, por me ensinar o que é ser amada, acolhida, pelas lembranças doces e pelo carinho. Aos meus tios e primos, pelo conforto de uma família unida e muito querida.

Aos meus amigos, que me acolhem, me escutam e estão sempre comigo de alguma forma. Giovanna Cordeiro, pela amizade de infância regada e cultivada de muito amor, conselhos, risadas e companheirismo. Lorena Tavares, pelos momentos leves de riso frouxo. Armênia, pelo carinho de graça e a doçura em cada palavra. Gabriela Pinheiro, pelos momentos peculiares e pela empatia que espalha sem pedir nada em troca. Daniela Lima, pela força em momentos difíceis e a alegria distribuída. Alice Teles, pelas conversas, por compartilhar gostos em comum e pela calma no ser que muitas vezes transbordou até a mim. Gabriella Arruda, minha primeira amizade verdadeira, pelo carinho, ensinamentos e acolhimento. Mayara Rocha, minha companheira da faculdade, pela inspiração, por me instigar a me esforçar sempre e pela troca. Pablo Sales, meu primeiro amigo da faculdade, por me acolher, por me mostrar um novo mundo, pelas memórias e pelo afeto.

Bárbara Morais, por me ensinar o que é vivenciar a cidade, por me acolher e pelo compartilhamento de vivências que vou sempre guardar com carinho no coração. Marcela Sanders, pelas risadas, pelo companheirismo e por todos os anos de faculdade. Hanna Nogueira, por me ensinar a ver as coisas de outra forma, por trazer a paz ao grupo e nos manter sempre no eixo.

A todos os meus professores, principalmente ao Alesson Matos, Larissa Menescal, Kelma Pinheiro, Viviane Furtado, Diego Sales e Larissa Porto, aos quais cultivei carinho imenso, pelo esforço, dedicação e por me ensinar a amar arquitetura e urbanismo. À professora Germana Câmara, que acompanhou todo o processo e contribuiu de forma significativa no produto final. À professora Carolina Ribeiro, que participou de todas as minhas bancas e contribuiu com olhar diferente muito importante para o processo de projetar.

Por fim, à minha orientadora, Deborah Lins, pela paciência, pelo esforço conjunto, pela dedicação e o olhar afiado e o carinho depositado em cada detalhe. Pela parceria, pelos conselhos e por se fazer um ouvido amigo nessa caminhada longa e satisfatória. Pela inspiração enquanto mulher e arquiteta.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo um projeto arquitetônico de uma casa de semiliberdade para adolescentes do sexo feminino, de idade entre 12 e 21 anos, na cidade de Fortaleza, Ceará para auxiliar o processo de reinserção das adolescentes na sociedade, levando em consideração os pontos descritos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a perspectiva de gênero. A inquietação a respeito do tema parte da diferença das vivências que conduzem as adolescentes a cometer infrações. Portanto, averiguou-se a importância de elaborar um projeto que compreendesse as necessidades particulares delas. Para isso, o projeto em questão utilizou-se da metodologia qualitativa e por isso, percorreu pelas fases de pesquisa bibliográfica, análises de projetos referenciais, levantamento de dados e escolha e diagnóstico da área de intervenção. Por fim, averigua-se a importância do trabalho porque este contribui com reflexões e proposições para uma edificação contextualizada com as necessidades de seu público-alvo, além de ser um referencial adicional para a área, que sofre de escassez no assunto.

Palavras-chave: Casa de Semiliberdade. Feminino. Reinserção na sociedade. Metodologia Qualitativa. Arquitetura e Urbanismo.

Abstract

The work had as its purpose to develop a architectural project of a semi-liberty house for female teenagers aged between 12 and 21 years old in the city of Fortaleza, Ceará, to assist the process of teenagers reintegration in society, considering the aspects described at the Nacional Sistem of Social and Educative Atendence and the gender perspective. The disquiet about the topic stems from the difference in the experiences that leads teenagers to commit infractions. Therefore, the importance of developing a project that understands their particular needs was investigated. Therefore, the project in question used the qualitative methodology and went through the phases of bibliographic research, analysis of reference projects, data collection and choice and diagnosis of the intervention area. Finally, the work is important because it contributes with reflections and proposals for a contextualized building that includes the needs of its target audience and can be considered an additional reference for the theme, which suffers from a shortage amount of works.

Keywords: House of Semi-liberty. Female. Reintegration into society. Qualitative Methodology. Architecture and Urbanism.

lista de figuras

Imagem 01 - Planta baixa indicando a disposição dos blocos, criando um grande pátio interno | pg. 23

Imagem 02 - Imagem ilustrando pátio interno. | pg. 23

Imagem 03 - Exemplo utilizado no projeto de salas de aula com vista para o pátio. | pg. 24

Imagem 04 - Croqui disponibilizado pelo escritório para explicar o aproveitamento do clima local no processo projetual deles | pg. 25

Imagem 05 - Esquema de fluxos e aberturas em parte da edificação | pg. 25

Imagem 06 - Tijolo manufaturado no local | pg. 26

Imagem 07 - Edificação recebendo os tijolos manufaturados pela própria população | pg. 26

Imagem 08 - Imagem superior da estrutura da prisão, que buscar se assemelhar a de uma cidade. | pg. 27

Imagem 09 - Planta baixa indicando o pavimento tipo encontrado na prisão. | pg. 28

Imagem 10 - Área comum da edificação, com área de estar e cozinha | pg. 28

Imagem 11 - Quadra poliesportiva disponibilizada para os presos | pg. 29

Imagem 12 - Espaço para exercício da fé | pg. 29

Imagem 13 - Espaço para meditação. | pg. 29

Imagem 14 - Horta. | pg. 29

Imagem 15 - Hall da edificação | pg. 30

Imagem 16 - Exemplo da cela disponível na unidade prisional. | pg. 30

Imagem 17 - Planta perspectivada do layout da cela. | pg. 30

Imagem 18 - Messejana e bairros vizinhos. | pg. 33

Imagem 19 - Mapa ilustrativo indicando o terreno no bairro. | pg. 36

Imagem 20 - Mapa de equipamentos importantes para a edificação. | pg. 37

Imagem 21 - Análise da LPUOS. | pg. 37

Imagem 22 - Mapa de análise do uso do solo da área. | pg. 38

Imagem 23 - Mapa de Gabaritos. | pg. 39

Imagem 24 - Mapa Figura Fundo. | pg. 39

Imagem 25 - Mobilidade do entorno imediato. | pg. 40

Imagem 26 - Hierarquia viária. | pg. 40

Imagem 27 - Análise físico-ambiental do terreno. | pg. 41

Imagem 28 - Análise da fachada norte na carta solar. pg. 41

Imagem 29 - Análise da fachada sul na carta solar. pg. 41

Imagem 30 - Análise da fachada leste na carta solar. pg. 41

Imagem 31 - Análise da fachada oeste na carta solar. pg. 41

Imagem 32 - Setorização | pg. 47

Imagem 33 - Fluxograma dos setores | pg. 48

Imagem 34 - Estudo de massas da edificação | pg. 50

Imagem 35 - Topografia da Proposta | pg. 51

Imagem 36 - Planta de Paisagismo | pg. 52

Imagem 37 - Planta baixa do térreo setorizada | pg. 54

Imagem 38 - Planta do 1º pavimento setorizada | pg. 56

Imagem 39 - Planta baixa quarto para jovem mãe em perspectiva paralela | pg. 57

Imagem 40 - Vista espaço de berçário nos dormitórios | pg. 57

Imagem 41 - Vista área das adolescentes no dormitório | pg. 57

Imagem 42 - Corte AA | pg. 58

Imagem 43 - Corte BB | pg. 58

Imagem 44 - Corte CC | pg. 58

Imagem 45 - Vista Fachada Norte Edificação | pg. 59

Imagem 46 - Vista Entrada Principal da Edificação | pg. 60

Imagem 47 - Vista Fachada Oeste | pg. 61

Imagem 48 - Imagem Ilustrativa redário e área de quintal | pg. 62

Imagem 49 - Imagem ilustrativa espaço ecumênico | pg. 62

Imagem 50 - Imagem ilustrativa da área de horta | pg. 63

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Principais infrações cometidas por adolescentes do sexo feminino, no Brasil | pg. 12

Gráfico 02 - Número de adolescentes do Sistema Socioeducativo por gênero | pg. 13

Gráfico 03 - Comparativo entre os sistemas de infraestrutura básico do bairro Messejana. | pg. 33

Gráfico 04 - Gráfico pizza informando o nível de alfabetização do bairro. | pg. 33

Gráfico 05 - Comparativo do IDH entre o bairro com melhor resultado, Meireles, o bairro estudado, Messejana e o bairro de menor resultado, Conjunto Palmeiras. | pg. 35

Gráfico 06 - Comparativos entre sistemas de infraestrutura dos bairros. | pg. 35

Gráfico 07 - Comparativo de valores de renda mensal entre os bairros citados. | pg. 35

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Aspectos físicos a serem considerados por medida socioeducativa | pg. 20

Tabela 02 - Parâmetros Urbanísticos da área. | pg. 38

Tabela 03 - Setor de Controle | pg. 44

Tabela 04 - Setor Administrativo. | pg. 44

Tabela 05 - Setor de Serviços | pg. 45

Tabela 06 - Setor Educacional | pg. 45

Tabela 07 - Setor de Lazer. | pg. 46

Tabela 08 - Setor de Moradia. | pg. 46

Lista de Siglas

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente-Brasil.

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo



SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO |
pg. 01

- 1.1. Tema | pg. 02
- 1.2. Justificativa | pg. 04
- 1.3. Objetivo Geral | pg. 06
- 1.4. Objetivos Específicos | pg. 06
- 1.5. Metodologia | pg. 07

2

REFERENCIAL
TEÓRICO | pg. 08

- 2.1. Contextualização | pg. 09
- 2.2. Conceituação | pg. 14
 - 2.2.1. Feminização da Arquitetura | pg. 14
 - 2.2.2. Arquitetura Socioeducativa | pg. 17

3

REFERÊNCIAS
PROJETUAIS | pg. 21

- 3.1. Escola Residencial AU Dormitory | pg. 22
- 3.2. Prisão Storstrom | pg. 27
- 3.3. Estudo de Caso | pg. 31

4

DIAGNÓSTICO | pg. 32

- 4.1. Informações Gerais | pg. 33
- 4.2. Comparativos | pg. 35
- 4.3. O terreno e seu entorno imediato | pg. 36

5

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO | pg. 42

- 5.1. Programa de Necessidades | pg.43
- 5.2. Fluxograma e Setorização | pg. 47
- 5.3. Conceito e Partido | pg. 49
- 5.4. Memorial Justificativo do Projeto | pg. 51
- 5.5. Perspectivas | pg. 59

Considerações finais | pg.64

Referências bibliográficas | pg.65

1

Introdução



1.1 Tema

O trabalho em questão aborda a temática da arquitetura socioeducativa na concepção de uma casa de semiliberdade que receberá algumas atividades¹ extras para complementar o programa de necessidades. Esta tem como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, do sexo feminino, em regime semiaberto, com idade entre 12 e 21 anos.

As casas de semiliberdade são estruturas destinadas a adolescentes que foram sujeitos ao cumprimento de regime semiaberto, medida prevista no artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela preconiza reinserir adolescentes em conflito com a lei na sociedade através de uma forma considerada mais branda, pois prevê tanto períodos de liberdade quanto de institucionalização.

O ECA prevê em seu art. 112º, diversas medidas que vão das mais comedidas, como advertências até os mais impetuosos, como a internação. Para a medida ser aplicada, cabe ao juiz avaliar a condição do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias dela e também a gravidade da infração.

No caso da semiliberdade, ainda segundo o art. 120º do ECA, é obrigatório a escolarização e a profissionalização deste adolescente. Este tem a garantia do direito de ir e vir sem precisar necessariamente de permissão judicial, porém devem habitar as casas de semiliberdade durante o período em que cumprem esse decreto.

¹ Dentre estas atividades, pode-se citar a prática do cultivo de hortas, salas de artes e músicas, bibliotecas, aulas de culinária e outros.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2015), levantou que, no Brasil, existiam 26.209 adolescentes cumprindo medidas de internação², internação provisória³ e semiliberdade. Dentre estes, apenas 4% eram mulheres.

Além disso, este levantamento indicou que existiam 484 unidades de atendimentos socioeducativos e, dentre estes, apenas 37 eram instituições exclusivamente femininas distribuídas pelo país.

Este número serve para certificar a condição de vulnerabilidade em que estas jovens se encontram, pois além de lidar com abandonos por parte da sociedade, também os sofrem por parte do Governo.

Apesar dessas medidas socioeducativas serem, muitas vezes, consideradas como punições, na verdade, sua característica inerente é a de ressocialização e a de reinserção destas adolescentes na sociedade.

Por isso, observa-se a importância de um espaço onde adolescentes poderão usufruir da ambiência de uma casa, com cozinha, quartos e uma sala, mas também de atividades extracurriculares que incentiva o desenvolvimento do seu senso de individualidade.

² Segundo o ECA (1990), é a medida que sujeita os adolescentes à privação de liberdade, quando o ato infracional é considerado grave. Nesta situação, os adolescentes devem ser locados em espaço especial para isso, onde o adolescente deverá permanecer por um período máximo de três anos, em um espaço que comportará tanto alojamentos, como atividades escolares e profissionalizantes.

³ Segundo o ECA (1990), é uma medida de guarda provisória por parte do governo, enquanto se aguarda alguma medida a ser tomada pelo governo, sendo o prazo de internação provisória de, no máximo, quarenta e cinco dias.

1.2 Justificativa

Para entender o contexto dessas meninas que cumprem medidas socioeducativas, é importante conhecer primeiramente os motivos do ponto de vista psicológico que resultam no comportamento transgressor dessas adolescentes.

De acordo com Dell'Aglio, Santos e Borges (2004), há diversos motivos pelos quais esses comportamentos surgem na infância, tanto individuais quanto sociais, que acarretam em experiências de vidas negativas e até traumáticas. Um dos motivos apontado pelas autoras é a quebra de vínculos afetivos logo no início da vida, caracterizado pela presença de violência intra e/ou extrafamiliar.

Essa violência surge, normalmente, devido a questões que envolvem desde negligência parental até morte na família. Em consequência, essas jovens perdem seu lar permanente, situação que ocasiona a transferência dessas jovens para casas variadas, sendo principalmente de familiares de graus distintos. A situação acima, contribui para a exposição destas a experiências traumáticas que envolvem desde violência física e psicológica, como também episódios constantes de abusos sexuais.

Ainda segundo as autoras, essas situações dificultam a resposta dessas jovens à resolução de problemas, o que acarreta em comportamentos agressivos, além de reduzir senso de permanência dessas no âmbito em que vivem, ferindo também suas noções básicas de individualidade e pertencimento, que interferem diretamente na autoestima destas.

Todas essas questões influenciam para que estas tendam a reproduzir essas experiências negativas das quais foram submetidas desde o início da vida, acarretando num ciclo de violência constante, facilitando assim o envolvimento com outros infratores e também a iniciação na vida criminal.

Este trabalho se concentra na medida de semiliberdade, que funciona privando a adolescente parcialmente de liberdade, visto que esta tem a oportunidade de realizar atividades externas sozinha, sem necessidade de autorização judicial, porém ainda precisam permanecer em custódia estatal. Sendo assim, essas atividades extrainstitucionais são a essência que trazem o teor socioeducativo nessa determinação judicial.

Essas atividades são, principalmente, de caráter educacional ou profissionalizantes. Ou seja, as adolescentes devem ser matriculadas em escolas públicas e/ou em cursos profissionalizantes, de forma que, após concluídas as atividades, devem voltar para as Casas de Semiliberdade.

De acordo com o Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas (ILANUD, 2004), a estrutura de uma Casa de Semiliberdade deve se compor realmente como uma casa, com espaços como quartos sala e cozinha, de forma que se distancie da estrutura de uma penitenciária. Portanto, este tipo de residência não pode ter barreiras físicas que impeçam a locomoção das adolescentes.

Entretanto, atualmente observa-se diversos problemas na concepção destas casas. Primeiramente, há uma carência de casas de semiliberdade no país que realmente sigam essa estrutura especial, pois, ainda segundo o ILANUD (2004), muitas vezes essas casas de semiliberdade se encontram no mesmo espaço das instituições de internação, o que dificulta o processo de mobilidade dessas adolescentes.

Outra questão que o ILANUD (2004) aborda, é a falta de atividades disponíveis para essas jovens. Este problema dificulta o estímulo à ressocialização dessas jovens e contribui para a perpetuação do ciclo de violência e também de abandono incrustados na vivência destas. Isto acontece por que, apesar de possuírem o direito de vivenciar essas atividades complementares e extrainstitucionais, permanecem nas casas de semiliberdade em período integral, sendo atribuída a elas uma institucionalização forçada.

Por isso, considera-se imprescindível uma edificação separada da estrutura de instituições socioeducativas. Esta deve dispor de atividades que, além de instruir e profissionalizar, também sejam responsáveis pelo aumento da autoestima das adolescentes. Essa percepção é importante, para que estas consigam fortalecer o senso de individualidade destas, conseqüentemente auxiliando no aumento da autoestima e facilitando a reinserção na sociedade.

1.3 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo principal a elaboração de um projeto arquitetônico de uma casa de semiliberdade, para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, em Fortaleza. Para a elaboração deste, serão utilizados os conceitos de feminização da arquitetura e também de arquitetura socioeducativa para a elaboração de um projeto que colabore com uma nova percepção de um espaço socioeducativo.

1.4 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto, este trabalho apresenta também os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os principais conceitos para o entendimento do tema. Pensando nisso, é importante abordar-se conceitos como arquitetura socioeducativa e feminização da arquitetura, além de explicar também as medidas socioeducativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), concentrando-se principalmente no regime de semiliberdade.

- Estudar projetos arquitetônicos que possam se adequar ao tema, de forma a contribuir para a elaboração de uma base conceitual para o projeto.
- Propor um local de inserção para o equipamento que possua certa vitalidade urbana, a fim de atender aos critérios previamente estabelecidos, de forma segura e acessível para as moradoras e possíveis visitas.
- Elaborar um programa de necessidades novo, com o intuito de atender tanto as sugestões expostas no SINASE, como também demandas das adolescentes que usufruirão do equipamento.



1.5 Metodologia

O presente trabalho possui metodologia qualitativa, com duas etapas bem distintas: exploratória e propositiva; Exploratória porque existe a aproximação de um tema novo, contendo também coleta de dados, levantamentos diversos, pesquisa bibliográfica e análises de informações que deram embasamento ao partido arquitetônico. Ao mesmo tempo, também é propositiva porque apresenta o processo e desenvolvimento de um projeto arquitetônico, desde as primeiras ideias até o produto final como resultado.

A primeira fase procede de acordo com os seguintes itens:

- Pesquisa bibliográfica para compreensão do tema através do referencial teórico, de forma a elaborar uma base conceitual.
- Problematização e contextualização do tema, revisão de literatura e análise de projetos de referência para embasar a elaboração do projeto.
- Escolha e análise da área de intervenção, através do diagnóstico do bairro e caracterização do terreno.

Enquanto isso, na segunda fase, a Projetual, encontram-se etapas onde estão dispostos os seguintes métodos.

- Caracterização do público-alvo e levantamento de suas necessidades através de um programa de necessidades elaborado a partir dos dados encontrados assim como das proposições do SINASE.
- Análise das potencialidades e limitações do terreno, conduzindo para as primeiras ideias de implantação.
- Elaboração do fluxograma e setorização do programa, assim como o pré-dimensionamento do edifício.
- Definição de conceito e partido e estudo de massas que englobe todas as questões levantadas anteriormente.



12

Referencial Teórico



2.1 Contextualização

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma Lei que foi criada com a intenção de proteger de forma integral a criança e o adolescente.

O ECA se estrutura de forma a, primeiramente, garantir os direitos universais⁴ desses jovens. Sua segunda forma de atuação é se assegurar que esses direitos sejam reconhecidos e respeitados no âmbito familiar, social e também pelo Estado, através de ferramentas e disposições que servem para que o jovem que tiver seus direitos violados, não fique desamparado.

Esta lei trata também das medidas socioeducativas, previstas no art. 112° e é responsável por deixar claro suas disposições gerais a serem aplicadas ao jovem que cometer algum tipo de ato infracional. Para isso, segundo o art. 116° do ECA, o adolescente deve ter sido flagrado cometendo a infração ou ter recebido ordem da autoridade judiciária competente.

De acordo com a Lei 12.594/2012, que constitui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), essas medidas servem para responsabilizar os adolescentes pelos seus atos infracionais, incentivando, se possível, sua reparação. No entanto, essas providências que são tomadas vão muito além do caráter punitivo fomentado pelo sistema criminal proposto para adultos, pois sua característica principal é promover a integração desses na sociedade.

Ainda segundo o Sinase (2012), todos os órgãos públicos têm sua parcela de participação nas atividades de teor socioeducativo. A União dispõe da responsabilidade de conceber as disposições gerais dessas medidas. Enquanto isso, cabe ao Estado, seja nas esferas estadual ou municipal, garantir a execução dessas medidas da forma que são previstas.

⁴ Dentre os direitos universais, pode-se citar: Saúde, liberdade, educação, alimentação, lazer e outros.

O responsável por analisar qual será a medida aplicada ao jovem deverá ser o juiz da Vara da Infância e da Juventude. Portanto, cabe a ele decidir qual será a medida mais cabível de acordo com a gravidade do crime, analisando também a situação e se o jovem tem capacidade para cumpri-la.

Estas medidas podem ser subdivididas entre as que não interferem na liberdade do adolescente, como as medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e as de liberdade assistida, como também as que interferem, como a inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento socioeducativo. Esta última é de caráter excepcional⁵, devendo ser adotada somente em situações extremas, onde as outras medidas não são consideradas eficazes e quando o adolescente ameaça a sociedade, de alguma forma.

O regime de semiliberdade será o adotado neste trabalho, possuindo como público-alvo os adolescentes que estão em processo de transição para o meio aberto ou os que cometeram uma infração consideravelmente grave, mas não o suficiente para a internação. Quando submetido a esse tipo de medida, o adolescente passa a residir numa casa de semiliberdade, porém também deve se engajar e usufruir de atividades que acontecem fora dali, sendo esta a principal diferença caso comparada com o regime de internação em instituição.

O Sinase (2012) também indica os parâmetros arquitetônicos para essas unidades⁶ de atendimento socioeducativo. Segundo eles, “A estrutura física das Unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico do programa de atendimento, devendo respeitar as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança”.

Ademais, este prevê um número máximo de vinte adolescentes internos nas edificações disponibilizadas para adolescentes em regime de semiliberdade. Estes são distribuídos em quartos que devem possuir, no mínimo, cinco metros quadrados e deve receber no máximo quatro adolescentes, evitando assim superlotações.

Além disso, a edificação deve se assemelhar a uma casa, com ambientes comuns ao âmbito residencial. Segundo o ILANUD (2004), esta deve se diferenciar ao máximo de uma unidade de internação e mais ainda do sistema carcerário⁷. Por isso, não deve ter nenhum tipo de barreira física que impossibilite a realização das atividades externas e do direito de ir e vir desses adolescentes e deve possuir uma quantidade reduzida de adolescentes. O ILANUD (2004) ainda cita a importância dessa casa permanecer dentro do perímetro urbano, de preferência em um bairro residencial, de forma a garantir a inserção destes na sociedade.

⁵ Esta última só deverá ser aplicada, segundo o art.122º do ECA, em caso de: “I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”

⁶ Englobam tanto unidades para adolescentes em internação provisória, semiaberto e internação.

⁷ O sistema carcerário segundo Fernandes (2013), tem como dever permitir que as sentenças e decisões imputadas pelo Juiz da Vara Criminal para maiores de idade, seja devidamente executadas. No entanto, segundo a autora, quando transferidos para os ambientes predeterminados na LEP (Lei de Execução Penal), os sentenciados são expostos à condições onde sua saúde física e mental são comprometidas. Isto ocorre, principalmente, devido à construção social englobando sistema, que gera descaso por parte do governo e da sociedade em geral, em relação ao preso e à estrutura física e desorganização dos presídios.

Conforme cita o site oficial da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), Fortaleza possui 8 centros socioeducativos⁸ e apenas 1 casa de semiliberdade, o Centro de Semiliberdade Mártir Fonseca.

Em Fortaleza, conforme o exposto pelo Cedeca (2017), desde o monitoramento de 2011 de instituições socioeducativas, pode-se observar que todas as unidades não cumprem os preceitos dispostos pelo Sinase, tanto em relação à estrutura arquitetônica necessária para esses centros como também quanto ao número de adolescentes a serem atendidos por unidade, principalmente nas Unidades de Internação⁹.

Em 2017, no entanto, com a inauguração do Centro Educacional Canindezinho, observou-se uma redução do índice de superlotação em Fortaleza, que possuía um total de 752 infratores para um total de 710 vagas ofertadas, o que significa lotação de 105,92%.

Entretanto, como cita o Cedeca (2017), estas melhorias, embora vistas como positivas, decorreram devido a uma série de rebeliões e motins causados pelos adolescentes que viviam nas situações precárias de insalubridade e também de superlotação.

Em 2016, somavam-se, em Fortaleza, um total de 1000 adolescentes em privação de liberdade, porém, após essas rebeliões, cerca de 400 adolescentes fugiram das unidades em 6 meses e pouquíssimos foram de fato recapturados, o que influi até hoje na quantidade de adolescentes em privação de liberdade.

Além disso, é importante salientar que jovens infratores homens e mulheres têm suas necessidades e históricos diferentes, visto que a delinquência juvenil tem sido considerada como um transtorno psicossocial (Silva, 2002). Mulheres, principalmente aquelas em situação de risco, tem características contextuais e gatilhos que diferem da realidade dos homens.

Tratando-se de adolescentes do sexo feminino, existe uma série de fatores que podem contribuir para esse comportamento disruptivo. Seguindo a subdivisão de Silva (2002), estes podem ser de cunho individual e /ou contextuais.

Os de cunho individual são comportamentos considerados como características inerentes a estas meninas. Podendo ser de caráter comportamental, cognitivo e biológico, ela já nasce com essas características que auxiliam para a evolução do comportamento disruptivo.

⁸Um Centro Socioeducativo é uma unidade responsável pela guarda de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

⁹ Em 2011, Fortaleza teve uma média de 197% de lotação em unidades de internação, com estatísticas como Centro Educacional Patativa do Assaré (267%); Centro Educacional São Francisco (238%), Centro Educacional Dom Bosco (253%)

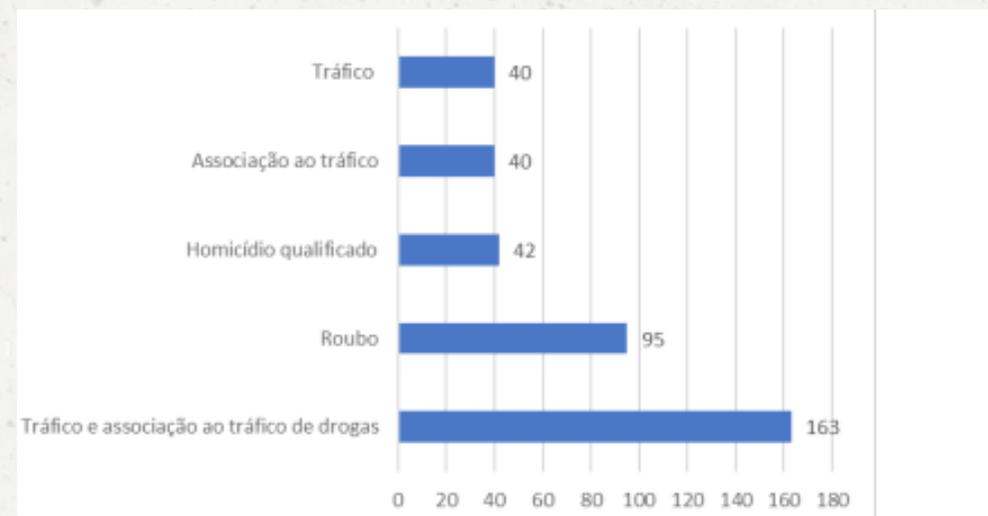
Entretanto, os mais comuns são os fatores contextuais, pois trata-se de características circunstanciais, onde questões como baixa renda, fragilidade de vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento, falta de estabilidade, experiências traumáticas de abusos, dentre eles o sexual^{1o} violência física e outras características sociais e familiares afetam diretamente o comportamento dessas meninas. (Barnow, Lutch e Frey Berger (2001) apud Dell’aglio (2004).

Dell’aglio (2004), cita em seu artigo, diversas experiências contextuais que podem gerar o comportamento infrator na adolescência, principalmente os associados à falta de envolvimento afetivo com familiares. Seja por negligência, abandono ou morte, este acontecimento pode gerar problemas para essa criança ao desenvolver laços afetivos com outros e, até mesmo, problemas emocionais como depressão e ansiedade.

Isso ocorre porque, quando esse tipo de ruptura parental acontece, essas meninas sofrem o efeito “Pingue Pongue Emocional”, como cita Dell’aglio (2004), que consiste na constante troca de lares pelo período de desenvolvimento dessas meninas, o que facilita a exposição destas a variados tipos de violência, seja física, verbal ou sexual.

Segundo levantamento (SINASE, 2017), a infração mais comum entre essas meninas é o de tráfico de drogas (Ver Gráfico 01) e essas ocorrências têm como fatores principais a influência de terceiros, o sustento do vício em drogas, a dependência econômica, a aspiração por status social e também pela ausência de expectativas futuras.

Gráfico 01: Principais infrações cometidas por adolescentes do sexo feminino, no Brasil.



Fonte: Levantamento anual do Sinase 2017.

^{1o} Em levantamento feito por Dell’aglio (2004) com cinquenta adolescentes em instituição na cidade de São Paulo, 34% referiram ter sofrido abuso sexual.

Por isso verifica-se a necessidade de se fazer uma análise crítica atual e propor uma casa de semiliberdade, visto que, levando em consideração a interpretação do ECA e o Sinase (2017), esse tipo de crime, quando executado sem a presença de violência ou grave ameaça a sociedade, não poderá ser destinado à internação. Esta situação só pode ser repensada caso a jovem tenha descumprido uma medida proposta a ele anteriormente ou já tenha passado pelo sistema socioeducativo anteriormente.

Aliado a isso, como citado anteriormente, a influência de terceiros nesse caso é bem recorrente, visto que estas jovens tendem a se envolver com outros infratores e até mesmo com pares violentos, atitude que culmina na sobreposição de experiências e influências negativas, que tendem a gerar o comportamento infrator (DELL'AGLIO, 2004).

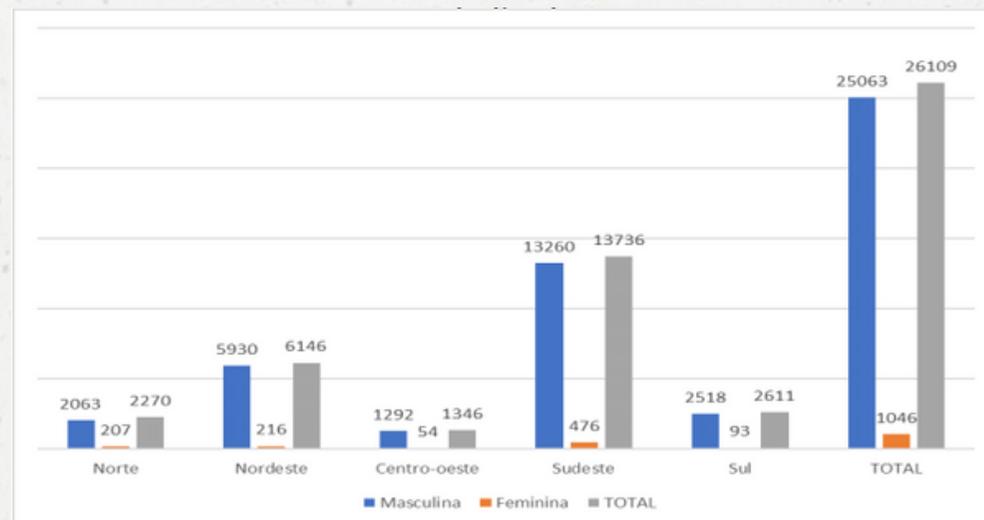
Além disso, é importante salientar que o sexo masculino, também por diversas questões contextuais que não cabem a este trabalho, tem uma maior propensão a entrar para o mundo do crime, como indicado no Gráfico 02. Por isso, verifica-se a importância de separar os dois gêneros, tanto para impossibilitar influências, quanto para garantir que as necessidades dessas meninas sejam melhor atendidas.

Considerando todas essas questões, de fato é fácil entender a dificuldade dessas jovens de fomentar expectativas futuras, visto que é comum que estas reproduzam essas experiências de violência e abandono, contribuindo para um ciclo de violência.

Além disso, é importante validar a discussão da gravidez no período de desenvolvimento da adolescência, visto que, em entrevista feita pela por Dell'aglio (2004) com cinquenta adolescentes entre doze e vinte anos, em uma instituição socioeducativa de São Paulo, observou-se que “48% das adolescentes já haviam ficado grávidas, sendo que 17 participantes tinham de um a três filhos e oito haviam tido aborto espontâneo ou provocado.” (DELL'AGLIO, 2004).

Por isso, a própria estrutura das instituições favorece esse tipo de ciclo, pois não há espaços destinados e pensados para jovens que já possuem filhos, de modo que estas sejam obrigadas a deixar estas crianças sob os cuidados de terceiros, o que contribui para a quebra de vínculos iniciais citados anteriormente (DELL'AGLIO, 2004).

Gráfico 02: Número de adolescente no Sistema Socioeducativo por gênero.



Fonte: Levantamento anual do Sinase 2017.

2.2 Conceituação

2.2.1 Feminização da arquitetura

Durante um longo período de tempo, foi determinado à mulher um papel na sociedade que consistia em ser esposa e mãe. De acordo com Friedan (1963), desde os primórdios da sociedade como conhece-se hoje em dia, eram impostas uma série de tradições que incutiam na busca por uma feminilidade baseada em habilidades exclusivamente domésticas. Assim, estas deveriam aprender apenas como conquistar um homem, como satisfazê-lo, como cuidar de seus filhos e como cuidar da casa.

Ainda de acordo com a autora, a independência pela quais mulheres feministas lutavam, como educação superior, carreira e direitos políticos, eram, na verdade, vistas como atitudes que reduziam essa feminilidade tanto buscada pelas mulheres. Por isso, muitas sequer pensavam nessas possibilidades e ainda a repudiavam, como um tabu. Deste modo, mesmo quando lhes foi permitido a entrada em faculdades, muitas desistiam assim que se casavam ou não entravam com intuito de realmente construir carreiras.

Atualmente, ainda tentam conquistar seu espaço na sociedade como iguais. Até hoje, lutam não somente contra essa imagem carregada de estereótipos gerada a respeito de mulheres mas também para conquistar direitos básicos que lhes foram renegados por muitos anos. A exemplo disso podemos citar o direito ao voto e até mesmo o direito à livre expressão.

Na primeira revolução industrial, finalmente foi possível que mulheres pudessem adentrar no mercado de trabalho. Entretanto, como cita Rubino (2010), mesmo na época do modernismo, a divisão de trabalho proposta na prática arquitetônica ainda era constituída por uma série de estereótipos onde as tarefas ainda eram separadas por gênero.

A exemplo disso cita-se Walter Gropius, fundador da Bauhaus, que em sua Escola propunha que todos os detalhes no interior e exterior de uma edificação ficava a cargo do arquiteto. Ao aceitar mulheres em sua escola, passou a estas atividades consideradas “femininas”, tais como projetar cozinhas e a tecelagem, enquanto aos homens cabiam as demais funções.

Associado a esta questão, estas, mesmo participando ativamente do processo projetual, quase nunca recebem o devido reconhecimento por suas obras. A exemplo disso, a autora cita Charlotte Perriand, arquiteta por formação que buscou se profissionalizar e aperfeiçoar na área através de diversos cursos. A mesma trabalhou com Le Corbusier por vários anos na produção de mobiliários para suas obras. No entanto, jamais recebeu os devidos créditos, pois suas obras muitas vezes levam o nome de “LC”, as iniciais de Le Corbusier.

Outro exemplo da falta de visibilidade as quais estas arquitetas foram submetidas, podemos citar Denise Scott-Brown (1989), que ao projetar em parceria com seu marido, Robert Venturi, teve seu nome apagado em projetos que participava ativamente. Isto ocorreu não por conta do seu marido, mas pela mídia e até mesmo por premiações famosíssimas, como o caso do Prêmio Pritzker. Este suprimiu sua participação no projeto vencedor e deu os créditos somente ao Robert Venturi, por mais que houvesse questionamentos até mesmo pelo próprio. A premiação, considerada uma das mais importantes no ramo da arquitetura, até hoje fomenta essa discriminação e apagamento da mulher do processo de produção arquitetônica, tendo pouquíssimos prêmios atribuídos a mulheres¹¹

Aliado a falta de representatividade na produção arquitetônica, pode-se observar também uma invisibilidade da figura feminina no processo de pensar arquitetônico. Como cita Agrest (2006), desde os primórdios, com Vitruvius¹², a mulher e o seu corpo foi utilizado apenas para transferir suas qualidades enquanto reprodutora para fomentar uma visão simbólica posteriormente atribuída ao homem. Neste pensamento, a figura do homem é feminilizada para fazer uma alegoria à criação na arquitetura, sendo o homem a mãe que carrega a concepção do projeto, excluindo assim a mulher, e substituindo-a pela figura masculina.

Outrossim, a autora também reflete sobre o discurso de Vitruvius a respeito do ser humano universal, onde este atribui ao homem o possuidor de proporções perfeitas e naturais. Então, mesmo atualmente a arquitetura segue essas proporções, suprimindo a figura da mulher, pois é a partir desse corpo perfeito e natural que surgem os princípios e medidas utilizados na arquitetura.

Além disso, a mulher é omitida até mesmo da vivência da cidade. Isso ocorre porque as necessidades e visões da estrutura urbanística da cidade são pensadas a partir das vivências experienciadas apenas por homens.

¹¹ De 1979 até 2020, somente 5 mulheres foram aclamadas pela premiação. Dentre elas, apenas Zaha Hadid como arquiteta solo.

¹²Arquiteto romano responsável pela obra “De Architectura”, que fundamentou a base da arquitetura clássica.

O tema “O Lugar da Mulher é o Lar” é, ainda hoje, o centro na construção do pensar da maioria dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Dessa forma, a arquitetura foi, por muito tempo, utilizada como ferramenta de intimidação da mulher, garantindo que esta permanecesse dentro da estrutura da casa, impossibilitando-a de viver a cidade e o espaço público (MUXI E MONTANER, 2014).

Ao entrar no mercado de trabalho, segundo Monteiro (2015), a mulher enquanto arquiteta pode seguir dois vieses. O primeiro seria perpetuar esta forma de praticar a profissão, de modo defasado, onde se manteria a reprodução dessa arquitetura masculinizada.

Enquanto isso, existe uma segunda possibilidade, onde estas tem a oportunidade de transformar este processo em uma arquitetura “feminizada”, assumindo o que foi excluído durante todo o tempo, a mulher e suas necessidades, e incorporando-as no processo projetual.

O princípio da busca por uma arquitetura “feminizada” consiste em transformar a arquitetura numa esfera heterogênea, que busca incluir a mulher de forma que a profissão possa ser mais enriquecida e que afete positivamente todos que utilizam o espaço projetado.

Esse enriquecimento acontece a partir de aclamações de necessidades que foram negligenciados por séculos e que podem ajudar tanto a homens quanto mulheres. Para exemplificar alguma dessas contribuições, pode-se citar Charlotte Perriand, que cria uma mesa extensiva coberta com borracha, com o objetivo de facilitar o processo de limpeza, pensando na pessoa que posteriormente teria que fazer este trabalho.

A cozinha é um espaço comumente atribuído ao sexo feminino e à submissão desta, pois comumente era mais utilizado por elas. Por isso, este é um ambiente que deve ser repensado. Atualmente, já existem diversas soluções que provêm de mulheres, como a compactação do espaço da cozinha como forma de facilitar o processo de cocção e produção alimentícia. Além disso, essa solução também reduz a necessidade de manutenção e reparos por parte de quem se assegura desta função.

Por outro lado, em uma escala maior pode-se citar Jane Jacobs (1961). Apesar de não ser arquiteta, em sua obra analisa a cidade modernista sob uma perspectiva feminina e dá soluções para a sensação de insegurança em cidades projetadas sob a perspectiva do uso de automóveis como principal meio de locomoção. Em seu discurso, ela atesta a importância das relações entre a cidade e sua comunidade, além de incentivar que as pessoas são os olhos da rua, por isso, é importante que essas vivenciem a cidade.

Diante disso, como foi apontado acima, historicamente, as mulheres e suas necessidades não foram contempladas em quase nenhum âmbito, inclusive no arquitetônico. Por isso, acredita-se ser importante que, no presente trabalho, o princípio da equidade seja um dos principais norteadores projetuais.

É importante salientar também que, enfatizar este fundamento não inclui simplesmente uma arquitetura pensada por uma mulher, mas consiste também em ponderar que o público estudado e atendido no presente trabalho são mulheres que se encontram situação de vulnerabilidade.

Assim, possuem necessidades diferentes de homens, pois seus backgrounds e razões pelas quais infringiram a lei diferem.

Desse modo, certifica-se a necessidade e importância da feminização do pensar arquitetônico no processo de criação de uma Casa de Semiliberdade própria para mulheres, de forma que suas carências e necessidades primordiais sejam supridas e que suas vulnerabilidades sejam contempladas.

2.2.2 Arquitetura Socioeducativa

Antes do século XVI, todos os espaços destinados à internação de adolescentes em conflito com a lei eram os mesmos dos espaços produzidos para adultos. Isso ocorria porque não existia distinção de idade quanto ao tipo de penalidade para pessoas que infringiam a lei (Souza, 2011).

Somente a partir do século XVI, na Europa, surgem os primeiros espaços destinados a adolescentes em conflito com a lei. Esses locais consistem em ambientes que se adaptaram seguindo não só o sistema penal, mas também a forma pela qual a sociedade passa a enxergar estes jovens (Souza, 2011).

Segundo a autora, primeiro surgiram as casas de correções, que serviam como espaço para detenção de jovens, substituindo a pena de morte do sistema penal de adultos. Nesta fase, utilizava-se de edificações existentes adaptadas para receber tanto eles, como também jovens em situação de rua e crianças abandonadas.

A autora também relata que na época, apesar de já existirem discussões a respeito da ineficácia do caráter punitivo em penalidades para esses jovens, estes pareciam não associar a importância de uma estrutura especial que repercutisse essas idealizações.

Contudo, nos séculos XVIII e XIX, inicia-se o processo de construção das primeiras edificações destinadas a receber esse público. Agora, diferentemente da estrutura passada, ela era construída para abrigar todos esses jovens que foram excluídos de alguma forma, seja pelo abandono, por se encontrar em situação de rua ou por estar em conflito com a lei. Porém, ainda se assemelhavam à estrutura de uma prisão para adultos, principalmente porque estes ainda acreditavam no cárcere e na punição como resolução do problema desses jovens (Souza, 2011).

Somente no final do século XIX iniciam-se discussões a respeito da especialização desses espaços seguindo época, de forma que os jovens, que a princípio ficavam todos juntos no mesmo tipo de abrigo, passaram a ter uma estrutura específica que atendesse as necessidades de cada grupo. (Souza, 2011).

Segundo Oliveira (2008), no Brasil, esta tipologia só surge em meados do século XX. Somente em 1902 foi criada em São Paulo a primeira instituição que tinha como função abrigar jovens com algum tipo de comportamento infrator, o Instituto Disciplinar de São Paulo. No entanto, essa instituição tinha como intuito punir o jovem que não tivesse comportamentos que correspondessem às expectativas do bom convívio em sociedade. Essa forma de atuação se refletia diretamente na edificação, constatando nessa um caráter opressor e punitivo, com grande muros e celas.

De acordo com a autora, após este primeiro passo na evolução do pensamento judicial e social, surge no Rio de Janeiro o Sistema de Atendimento do Menor (SAM). Ele tinha como objetivo regulamentar a necessidade de disciplinar adolescentes em conflito com a lei. A forma que essa disciplina era pensada em seu regulamento, proporcionava a esse sistema uma forte comparação com sistema carcerário, pois ainda assim incentivava a disciplina física e moral por meio de punições e atitudes repressivas que culminavam em maus tratos aos jovens que necessitavam desse sistema. O SAM vigorou até a década de 60, quando seu estilo opressor foi desmascarado frente a opinião pública e por fim, declinou.

De acordo com Oliveira (2008), durante muito tempo surgiram diversas tentativas de estruturar o sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei. Entre eles é importante citar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM).

A evolução passa a acontecer quando há uma mudança do pensamento social e pedagógico vigente na época, que passa a aceitar a infração juvenil como um comportamento que está passível a mudanças, quando as medidas corretas são adotadas.

Entretanto, essas tentativas de mudança não reverberavam na estrutura da edificação, como dito anteriormente, pois não houve mudanças físicas significativas nessas edificações para acompanhar as evoluções do pensar da época. Isto ocorreu também porque essas fundações receberam as antigas estruturas do SAM para abrigar esses jovens (Oliveira, 2008).

Esse novo pensamento culmina na criação do ECA e do Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SINASE). O primeiro tem como objetivo estabelecer os direitos de menores de idade. Enquanto isso, o segundo tem como objetivo principal, se responsabilizar e garantir a eficácia das medidas socioeducativas estabelecidos pelo ECA.

Segundo o Sinase (2012),

“As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas”

O Sinase, além de regulamentar uma série de questões práticas e jurídicas, também institui como deve funcionar a arquitetura dessas instituições. Esta é chamada de arquitetura socioeducativa e tem como objetivo principal distinguir a arquitetura empregada nessas Unidades¹³ da estrutura comumente vista em prisões.

Como cita o Sinase (2012), um dos principais pilares dessa forma de pensar a arquitetura, é possibilitar uma visão de liberdade futura, em vez de castigos ou da naturalização destes.

Por isso, dependendo do tipo de medida imposta, deve-se observar uma estrutura diferenciada. Ele institui desde a quantidade de jovens que podem frequentar a mesma instituição, a quantidade de adolescentes por quarto, como também o programa de necessidades e questões mais teóricas.

No regime de internação, é importante que a edificação proporcione a possibilidade de mudanças de fases do atendimento socioeducativo. O SINASE prevê três fases que vão ser frequentadas pelos jovens a medida que estes vão cumprindo as tarefas previstas pela medida. A primeira fase condiz com o período de acolhimento, onde os jovens vão se familiarizar com o espaço e com a dinâmica do local.

A segunda é a fase que o adolescente deve apresentar avanços nas metas estabelecidas pelo Plano Individual de Atendimento (PIA)¹⁴. A terceira é a fase conclusiva, onde acredita-se que eles já possuem consciência das suas metas conquistadas no programa socioeducativo e estão próximos de concluir sua medida. Por isso, estes são afastados dos demais adolescentes, pra que não tenham sua integridade psicológica e física ameaçadas.

No caso da semiliberdade, a capacidade não pode exceder a de vinte adolescentes, de modo que haja a possibilidade de um acompanhamento individualizado. Além disso SINASE (2012), também indica que os espaços de acolhimentos dos jovens que foram submetidos a este tipo de medida devem ter estruturas residenciais e devem ser localizados em bairros comunitários. Essa moradia deve ter a estrutura de casas normais, porém com algumas adaptações para suprir as necessidades dessa modalidade socioeducativa.

A primeira diferença entre a Casa de Semiliberdade é que deve se respeitar a separação entre adolescentes que receberam esse tipo de medida como uma forma de progressão de outras medidas daqueles que a receberam em primeira instância, visto que a forma de atendimento são diferenciadas.

¹³ Segundo o Sinase, “Unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico.”

¹⁴ Plano Individual de Atendimento (PIA), é uma ferramenta que surge para possibilitar o acompanhamento da evolução tanto pessoal como social do adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Em seguidas, esse espaço também devem prever não só questões básicas como prover condições adequadas de higiene, circulação, iluminação e segurança, como também devem possuir espaços adequados para realização de refeições, repouso, estudo e até mesmo para atividades coletivas, além de contemplar a parte administrativa e uma área adequada para receber visitas familiares (Tabela 01).

É muito importante ressaltar que o SINASE (2012) reconhece que a privação familiar e social em sua totalidade trazem mais malefícios do que benefícios a esses jovens. Por isso, este prevê espaços que são destinados a visitas e ao convívio familiar, pois considera que o convívio familiar e comunitário é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer criança e adolescente.

Tabela 01: Aspectos físicos a serem considerados por medida socioeducativa.

Por fim, a arquitetura socioeducativa é importante para que as ações socioeducativas e a evolução do pensamento vigente a respeito do jovem em conflito com a lei seja contemplado também em sua estrutura física. Isto é importante para que essas medidas e a proposta de ressocializar estes jovens realmente sejam cumpridas.

Aspectos físicos a serem considerados	Internação provisória	Prestação de Serviço à Comunidade ³⁸	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança					
Espaços adequados para a realização de refeições		quando necessário			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo					
Condições adequadas de repouso dos adolescentes					
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo					
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico					
Espaço e condições adequadas para visita íntima					
Espaço e condições adequadas para visita familiar					
Área para atendimento de saúde/ambulatórios					
Espaço para atividades pedagógicas					
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar					
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes					
Espaço para a profissionalização					

Fonte: Sinase 2012.

3

REFERÊNCIAS
PROJETUAIS



3 Referências Projetuais

Devido a escassez, tanto a nível local quanto global, encontrou-se dificuldade em localizar projetos de Casa de Semiliberdade e até mesmo das demais Unidades Socioeducativas qualificadas e que se encontrem de acordo com as normas do SINASE.

Além disso, também houveram dificuldades em encontrar material disponível para fazer uma análise mais aprofundada de tais projetos existentes. Por isso, para suprir a falta de tais projetos de referência, estava prevista a realização de um estudo de caso no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. No entanto, ainda não foi possível tal estudo devido à pandemia da COVID-19, que impossibilitou a realização de visitas ao local, por ser considerado um sistema frágil e de rápida contaminação.

Ademais, devido a questões de segurança interna e às particularidades do equipamento, também não foi autorizado o acesso às plantas técnicas do local, o que dificulta a compreensão do funcionamento dessas unidades.

Por isso, optou-se por utilizar outras tipologias edilícias que apesar de não ser diretamente algo relacionado ao tema, ainda sim pode-se obter informações que podem ser espelhadas em propostas interessantes para o projeto em questão.

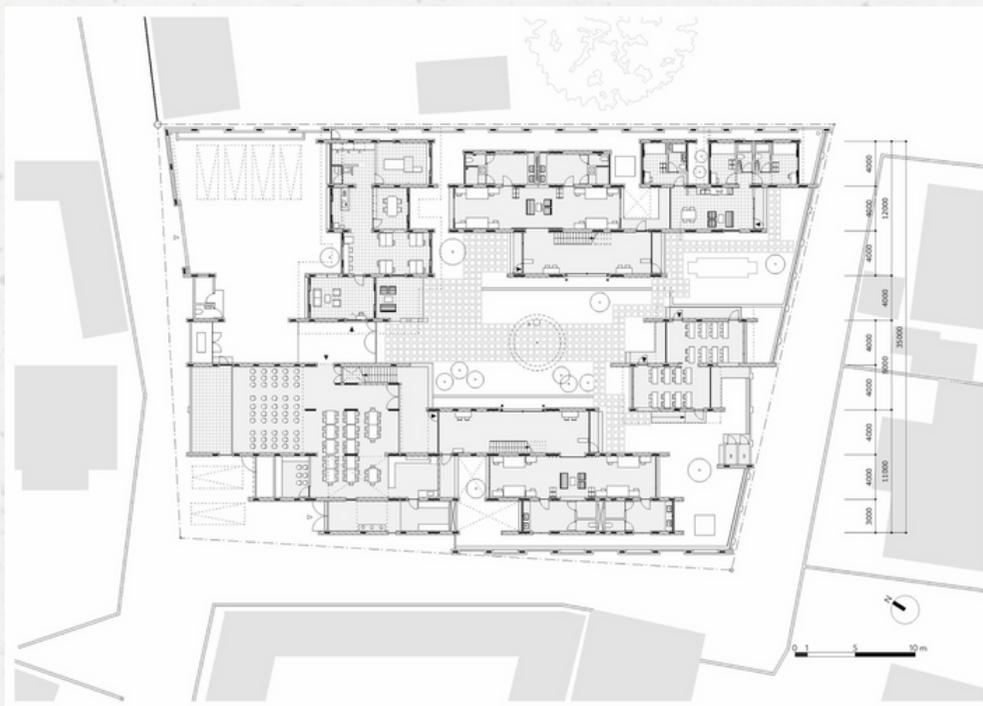
3.1 Escola Residencial Dormitory AU

De acordo com o Archdaily Brasil (2019), a Escola Residencial AU é um espaço idealizado para abrigar 50 órfãos na África subsaariana, na Uganda. Além de abrigo, a escola também funciona como um preparatório para a Universidade no exterior.

O projeto foi feito pelo escritório de arquitetura, Terrain Architects, que atualmente tem duas bases, uma no Japão e a outra na Uganda. Este foi fundado em 2011 e dois arquitetos são os principais representantes do escritório, Ikko Kobayashi e Kashimura Fumi.

Segundo o escritório, esse projeto, inaugurado em 2015, possui uma área de 1.316m², onde seis blocos¹⁵ foram distribuídos pelo terreno de forma a criar um pátio central que conecta todos eles. Essa disposição possibilita a expansão dos blocos para as laterais, mas também permite que se crie pátios internos entre as edificações (Imagem 01).

Imagem 01: Planta baixa indicando a disposição dos blocos, criando um grande pátio interno.



Fonte: Terrain Architects

Estes pátios funcionam como elementos conectores do espaço interno e externo (Imagem 02). Esta conexão possibilita a aplicação do conceito de ambientes restauradores, que, segundo Gressler (2003), funcionam como elemento restaurador tanto de questões físicas como psicológicas. Isto acontece a partir da criação de experiências positivas, da troca de sentimentos e também do impulsionamento de sentidos entre pessoa e o ambiente em que esta se encontra inserida.

Imagem 02: Imagem ilustrando o pátio interno.



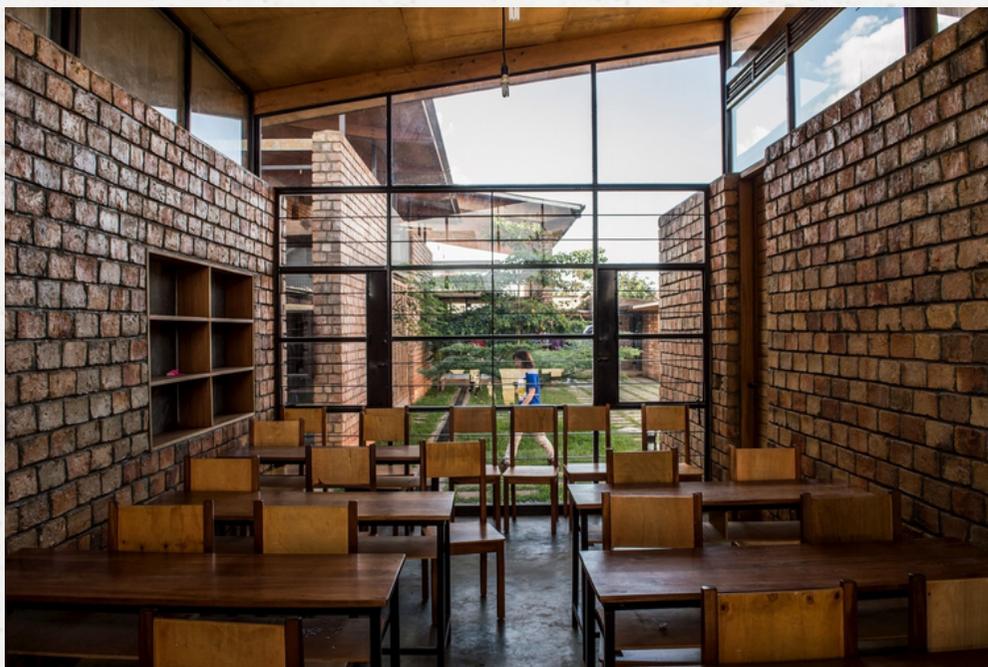
Fonte: Terrain Architects

¹⁵ A edificação contempla dormitórios femininos e masculinos, salas de aula, cantina, cozinha, um escritório para o setor administrativo e uma sala própria para funcionários.

Ainda segundo a autora, o contato constante com a natureza é uma das experiências que mais proporcionam respostas afetivas associadas a ambientes e à redução de estresse, além de auxiliar na construção de emoções positivas a respeito do espaço inserido e também de diminuir o estado de atenção constantemente vigilante.

Por essa razão, acredita-se na criação de espaços internos que possibilitem a interação entre as pessoas que usufruirão da edificação com a natureza (Imagem 03). Esta questão é primordial para a possível redução de traumas e também de estresse aos quais as jovens são submetidas desde a infância e que influenciam nas atitudes transgressoras que levou-as a cumprir medidas socioeducativas.

Imagem 03: Exemplo utilizado no projeto de salas de aula com vista para o pátio.



Fonte: Terrain Architects

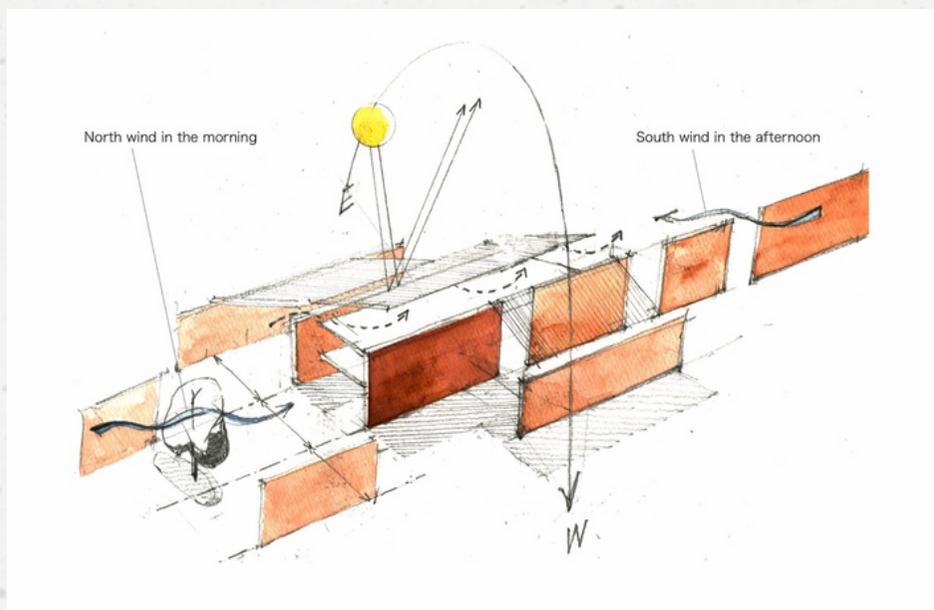
Além disso, a edificação aborda a questão bioclimática de forma elementar. Ela foi projetada para trabalhar o clima da melhor forma possível, trazendo conforto, sombra e vento para as pessoas que utilizam o espaço. Essa preocupação é pertinente para o clima tropical encontrado na Uganda. Este é bem parecido com o do Brasil, ou seja, clima quente e úmido.

Para resolver essa questão, como afirma o Archdaily Brasil (2019), o escritório analisou principalmente a cultura local por meio da sua população. Foi constatado que, em dias quentes, eles utilizavam-se da sombra gerada pelas edificações e se reuniam do lado externo destas para aproveitar também da brisa local.

Então, considerando o mesmo princípio do que foi analisado, resolveram que, para trazer vento e sombra para o interior da edificação, era necessário levantar paredes altas dos lados Leste e Oeste para proporcionar uma maior quantidade de espaços sombreados nela (Imagem 04).

Enquanto isso, estes também deram preferência a criar diversas aberturas nas fachadas dos lados Norte e Sul para proporcionar não só a entrada de iluminação natural, como também de ventilação natural (Imagem 04).

Imagem 04: Croqui disponibilizado pelo escritório para explicar o aproveitamento do clima local no processo de projetual deles.

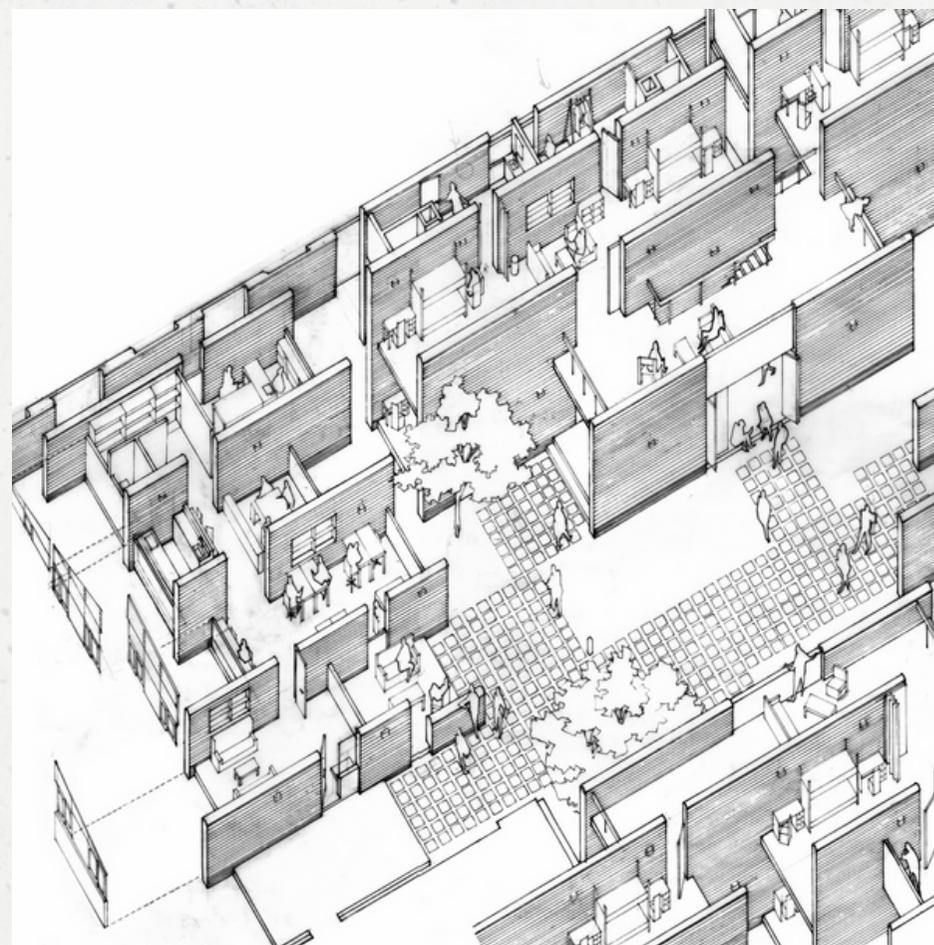


Fonte: Terrain Architects

Estas aberturas, além de proporcionar um melhor conforto térmico para a edificação, também funcionam para unir o espaço externo e interno. Além disso, estas rompem com a sensação de aprisionamento e de cárcere encontrado tanto em espaços que buscam essa sensação, como prisões, mas também em escolas, que podem ser espaços enclausurantes.

Essa proposta (ver Imagem 05), apesar das paredes altas para proteção contra o calor pode-se ainda assim obter-se uma sensação de liberdade e garantia do direito de ir e vir que se é esperado em um projeto de uma casa de semiliberdade.

Imagem 05: Esquema de fluxos e aberturas em parte da edificação.



Fonte: Terrain Architects

Por fim, ainda conforme o Archdaily Brasil (2019), o processo projetual foi baseado no respeito à cultura local e suas peculiaridades. Para isso, a construção contou com a ajuda de diversos trabalhadores locais que, além de auxiliarem no levantamento do edifício, também foram responsáveis pela manufatura de um dos principais materiais da obra.

Este material foi o tijolo (Imagem 06), que se encontra em toda a estrutura da edificação (Imagem 07). Este, anteriormente era considerado algo sem grande valor para os habitantes, porém, logo foi motivo de orgulho para estes, que contam como produziram à mão os tijolos para esta edificação.

Imagem 06: Tijolo manufaturado no local.



Fonte: Terrain Architects

Imagem 07: Edificação recebendo os tijolos manufaturados pela própria população.



Fonte: Terrain Architects

Por fim, a atuação ativa dos moradores locais garante uma sensação de orgulho a estes. Por isso, afirma-se que, ao propor que a população participe do processo de desenvolvimento da construção, cria-se uma melhoria na relação entre edificação e sociedade, certificando que, posteriormente, esses possam assegurar sua manutenção.

3.1 Prisão Storstrom

Para este projeto, é importante analisar a importância que estes deram ao processo de reinserção dos presos na sociedade, humanizando ao máximo o tempo de reclusão destes no local (Archdaily, 2017).

Essa proposta é diretamente rebatida na arquitetura, que busca tornar o espaço o menos institucionalizado possível, buscando assegurar o bem-estar físico e mental dos presos.

A prisão Storstrøm, localizada na Dinamarca, foi projetada pelo escritório C.F. Møller, em 2017, possui área de 32 mil metros quadrados e tem capacidade para acomodar 250 prisioneiros. Ela difere bastante da realidade da mesma tipologia no Brasil, pelo seu caráter humanista, muito mais voltado para o processo de ressocialização do preso do que de punição. Por isso, esta é uma obra que será utilizada como projeto referencial ideal, onde o processo de inserção é realizado com excelência.

Segundo Archdaily (2017), a abordagem aplicada no projeto é a criação da estrutura de uma cidade pequena, utilizando-se de uma escala parecida, garantindo a mesma estrutura das quadras e das ruas (Imagem 08). Isso é importante para que as pessoas que utilizarão o espaço tenham experiências que não destoem tanto das que estão acostumadas, diminuindo o caráter carcerário e privativo da experiência.

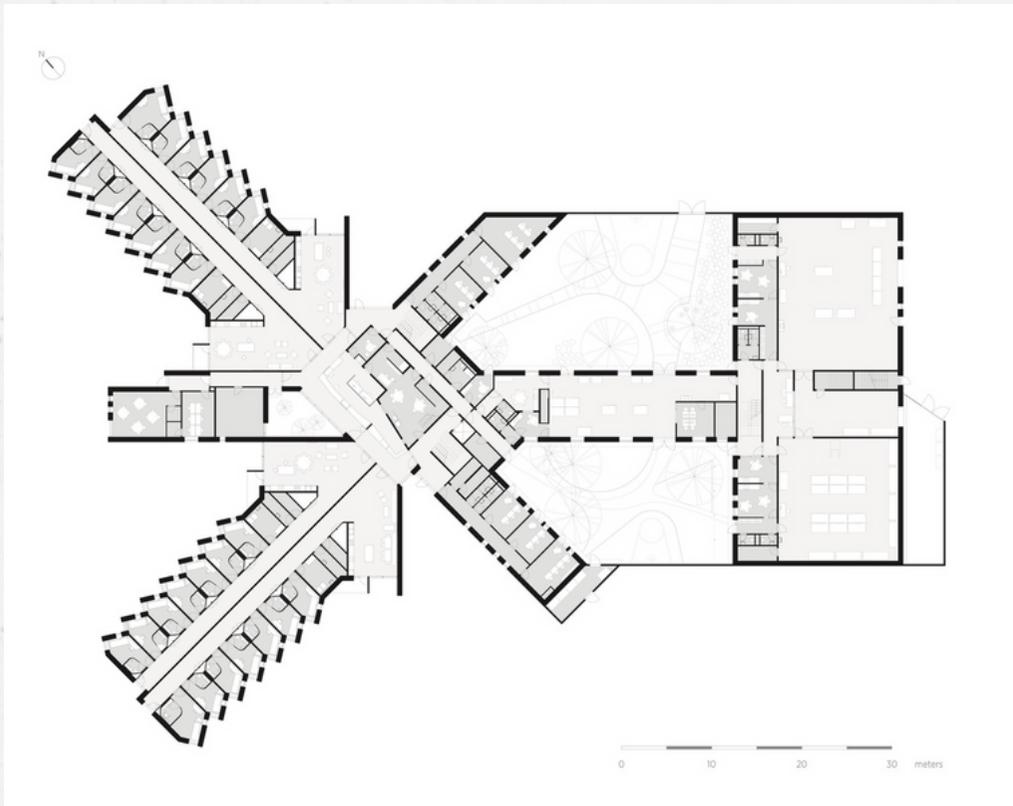
Imagem 08: Imagem superior da estrutura da prisão, que busca se assemelhar a de uma cidade.



Fonte: Archdaily Brasil.

A prisão é distribuída em várias unidades, que são compostas por conjuntos de quatro a sete celas (Imagem 09). Por vez, essas são locadas ao redor de um espaço comum, que funciona como área de estar e também cozinha (Imagem 10). Esse formato de pavimento possibilita que os próprios presos se responsabilizem pela sua alimentação, garantindo mais uma vez que o processo de cárcere se assemelhe o máximo possível ao cotidiano.

Imagem 09: Planta baixa indicando o pavimento tipo encontrado na prisão.



Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 10: Área comum da edificação, com área de estar e cozinha.



Fonte: Archdaily Brasil.

Além disso, o complexo ainda oferece outras áreas que possibilitam que os presos exercitem o corpo e a mente. Para isso, a prisão fornece áreas para atividades físicas (Imagem 11), tanto dentro como fora da edificação, espaços para exercício da fé (Imagem 12), espaços para meditação (Imagem 13) e até mesmo uma horta (Imagem 14).

Imagem 11: Quadra poliesportiva disponibilizada para os presos.



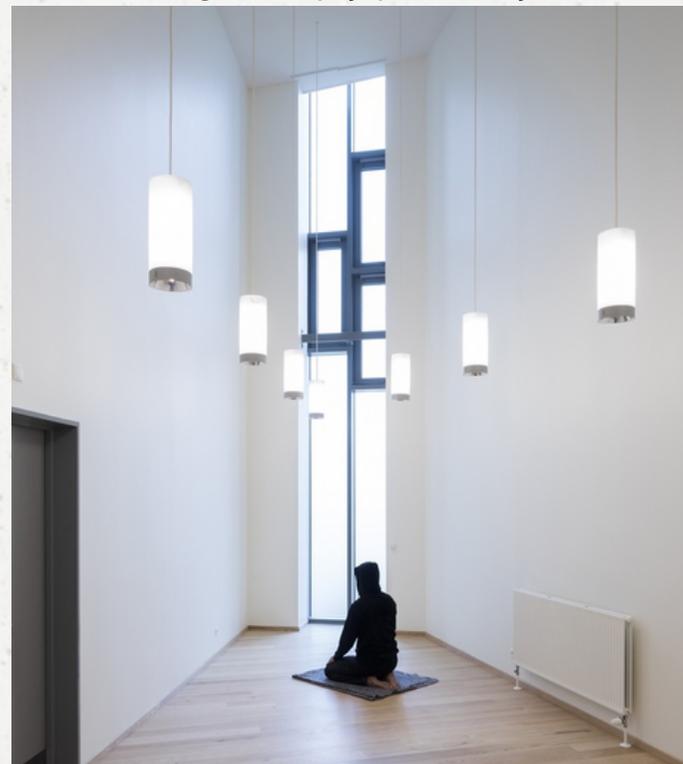
Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 12: Espaço para exercício da fé.



Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 13: Espaço para meditação



Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 14: Horta.



Fonte: Archdaily Brasil.

Esses espaços são também ambientados de forma a garantir que este possua uma aparência o menos institucional possível. Para isso, estes fazem uso de cores nas áreas comuns (Imagem 15) e utilizam-se de obras de artes que foram criadas especialmente para o espaço.

Por fim, o que mais auxilia a diferenciação dessa edificação para as demais da tipologia, são as celas. Essas, além de serem individuais, são mobiliadas de forma simples mas pensadas para trazer bem-estar ao encarcerado (Imagem 16).

Um exemplo desse cuidado com o bem-estar, segundo o Archdaily (2017), são as janelas que trazem iluminação natural para o interior e também visão para a paisagem natural que cobre todo o entorno da edificação.

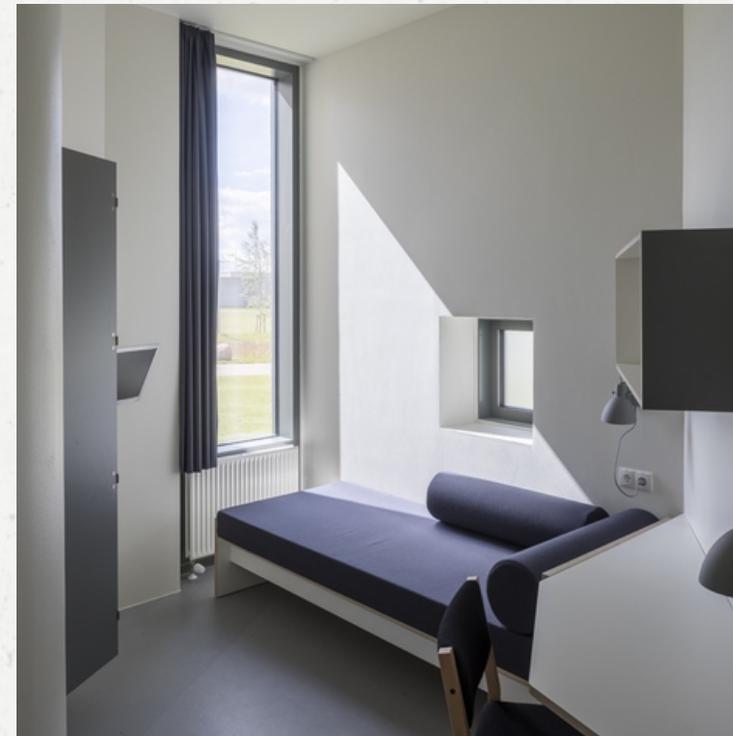
Outra questão importante nessas celas é o layout delas, (Imagem 17). Neste, pode-se encontrar um banheiro, uma cama, um guarda-roupa para que estes possam guardar seus utensílios, como também um espaço para leitura e estudos.

Imagem 15: Hall da edificação.



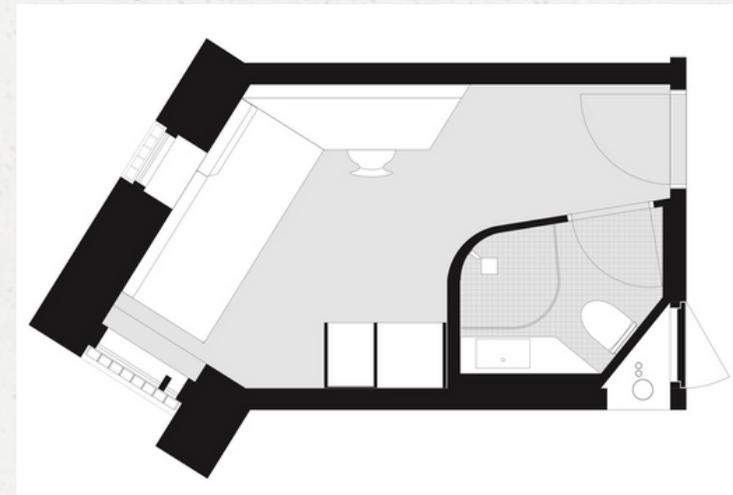
Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 16: Exemplo de cela disponível na unidade prisional.



Fonte: Archdaily Brasil.

Imagem 17: Planta perspectivada do layout da cela.



Fonte: Archdaily Brasil.

3.3 Estudo de Caso

A princípio, pretendia-se fazer um estudo de caso do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, instituição que atende adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas provisórias, de internação e também de semiliberdade. Esta era uma opção para entender melhor as necessidades da mulher enquanto cumpridora de medidas socioeducativas.

No entanto, devido às circunstâncias vividas no período pandêmico instaurado no mundo no ano de 2020 até o presente momento de conclusão deste trabalho, o subcapítulo foi impossibilitado de ser concluído ou sequer iniciado.

Além disso, tentou-se entrar em contato com a Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (SeInfra) para obtenção de possíveis informações a respeito da edificação, porém, por motivos de segurança, tais dados foram impossibilitados de serem enviados à autora.

Quadro 01: Síntese das referências projetuais

Quadro síntese

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

DORMITÓRIO AU	PRISÃO STORSTROM	ESTUDO DE CASO
<ul style="list-style-type: none">Este projeto servirá principalmente para guiar a autora nas decisões projetuais. <ol style="list-style-type: none">Aproveitamento do clima local e de costumes culturais para trazer soluções de conforto ambiental.Conexão entre espaço interno e externo.Uso de grandes aberturas em toda a edificação que fomentam a sensação de respeito ao direito de ir e vir.Uso de materiais simples e puros disponíveis na cultura local.	<ul style="list-style-type: none">Este projeto mostra como funciona uma edificação que prioriza a reinserção de presos na sociedade. Por isso, fez-se uso desta como referência teórica. <ol style="list-style-type: none">Unidades que buscam integrar a vivência passada do preso com novos costumes trazidos pela unidade.Áreas comuns e de lazer que possibilitam que o preso possa vivenciar seu cotidiano da forma mais comum possível.Celas unitárias que respeitam a individualidade do preso.	<ul style="list-style-type: none">Este projeto serviria para trazer o conhecimento básico a respeito das necessidades de um programa de necessidades para jovens em conflito com a lei, tendo em vista a realidade local (Ceará), uma vez que as referências citadas são estrangeiras, porém, como indicado anteriormente, este foi impossibilitado

Fonte: Produção autoral.

4

DIAGNÓSTICO



4 Diagnóstico

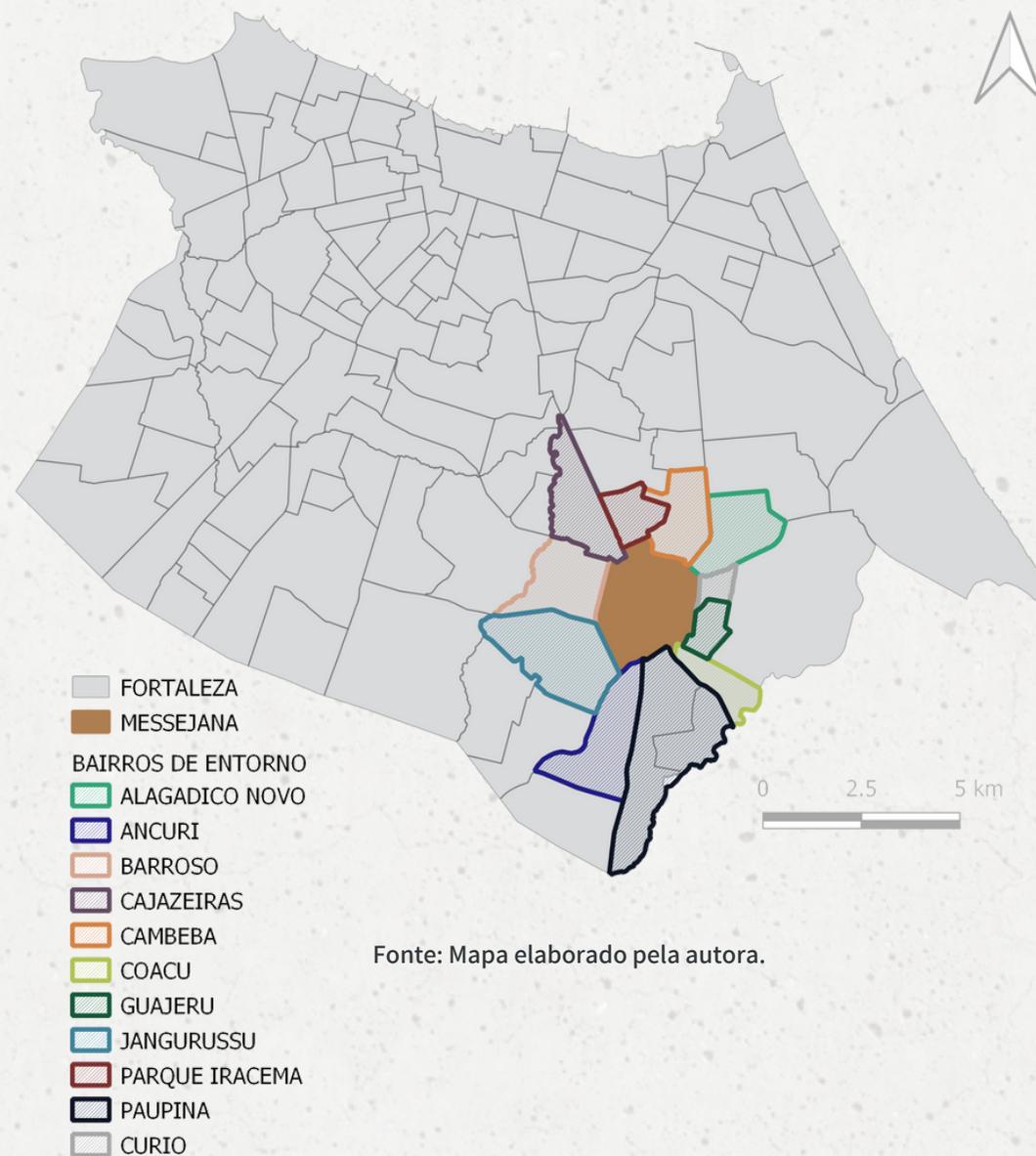
Este capítulo visa analisar a área a qual a casa de semiliberdade será inserida. Assim, foram analisados dados que garantiram um melhor aproveitamento da área, assim como um maior entendimento do potencial da região, para dar suporte à intervenção proposta no projeto.

A partir disso, o capítulo foi subdividido entre quatro tópicos: Informações gerais, comparativos entre bairros, análise do terreno e seu entorno imediato e, por fim, a análise físico-ambiental do terreno.

4.1 Informações Gerais

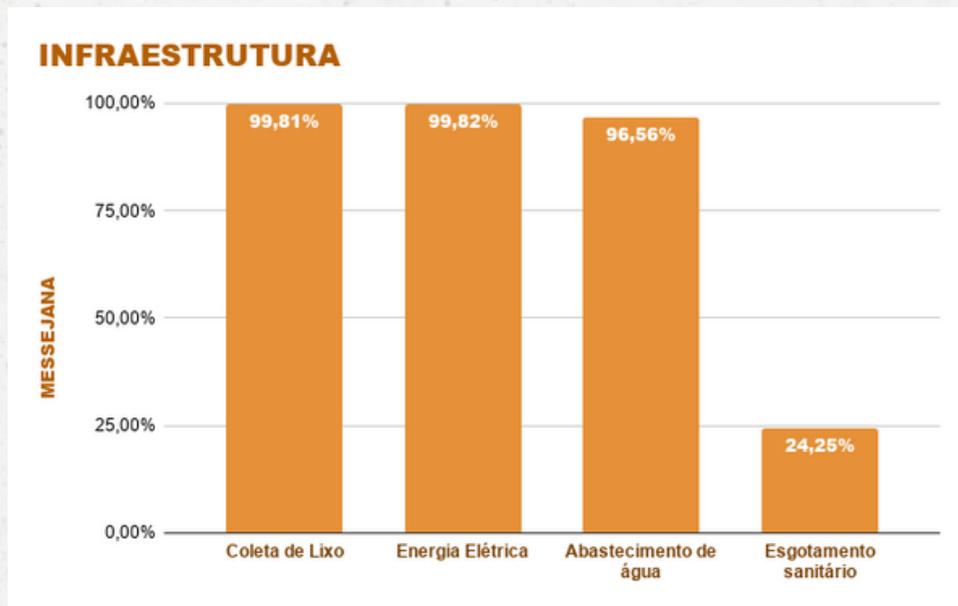
O terreno escolhido localiza-se no bairro Messejana, na Regional VI de Fortaleza. Este, que se encontra a sudeste da cidade, faz fronteira com 11 bairros (Imagem 18) e tem, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 41.557 moradores.

Imagem 18: Messejana e bairros vizinhos.



A Messejana é um bairro que tem grande parte do seu território guarnecido por infraestrutura básica (Gráfico 03), como energia elétrica, coleta de lixo e abastecimento de água. Porém, ainda carece de um sistema de esgotamento sanitário que cubra toda sua área. Nesse quesito, de acordo com o censo do IBGE de 2010, apenas 24,25% da população é abastecida pela rede pública de esgotamento sanitário, sendo esse o menor índice encontrado no bairro.

Gráfico 03: Comparativo entre os sistemas de infraestrutura básico do bairro Messejana.

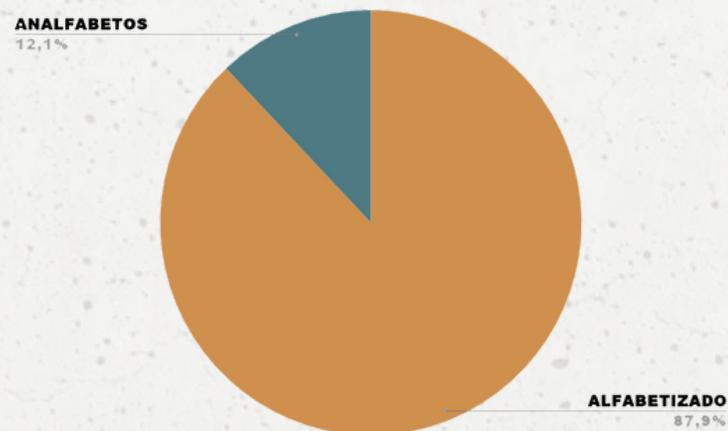


Dados: Censo IBGE 2010 | Gráficos produção autoral.

Esse dado contribui para que o bairro seja caracterizado como um local com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado muito baixo, no valor de 0,375. Isso acontece mesmo que outras questões analisadas durante o processo de levantamento a respeito do grau de desenvolvimento de uma área sejam considerados satisfatórios.

A exemplo disso pode-se observar o índice de alfabetização (Gráfico 04), onde 87,90% da população é alfabetizada e recebe como renda mensal um valor de R\$ 569,50, valor considerado acima da média, visto que o salário-mínimo em 2010 era de R\$510,00, de acordo com dados retirados do IBGE (2010)¹⁶.

Gráfico 04: Gráfico pizza informando o nível de alfabetização do bairro.



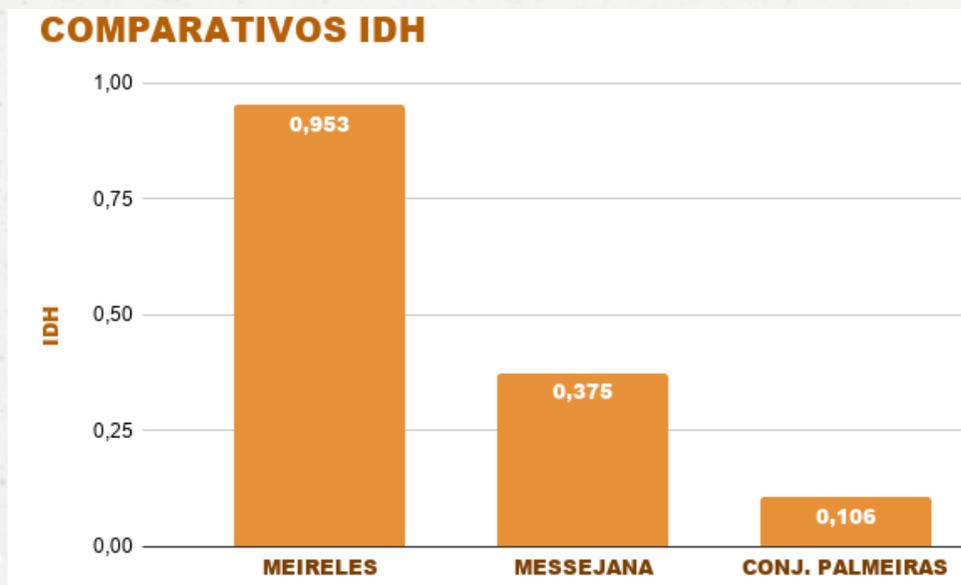
Dados: Censo IBGE 2010 | Gráficos produção autoral.

¹⁶ O Censo de 2010 do IBGE é utilizado neste trabalho porque, apesar de ser um dado atrasado, é o último registrado pelo Instituto.

4.2 Comparativos

Para entender melhor a situação do bairro no contexto de Fortaleza, escolheu-se o bairro com maior e menor IDH, respectivamente Meireles e Conjunto Palmeiras, para que se pudesse fazer um comparativo entre eles (Gráfico 05).

Gráfico 05: Comparativo de IDH entre o bairro com melhor resultado, Meireles, o bairro estudado, Messejana e o bairro de menor resultado, Conjunto Palmeiras.



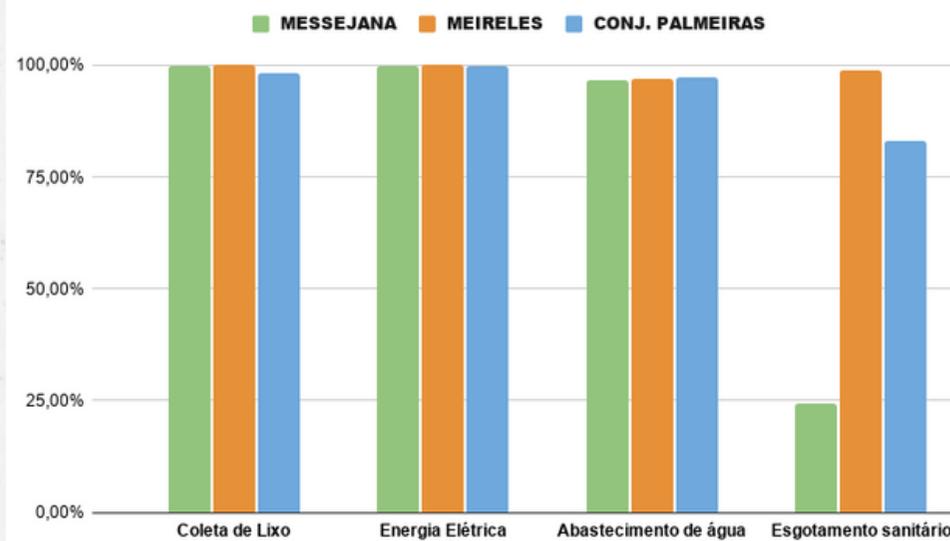
Dados: Censo IBGE 2010 | Gráficos produção autoral.

Analisando a infraestrutura básica desses bairros (Gráfico 06), constatou-se que, de fato, Messejana carece de uma maior atenção quanto a questão do esgotamento sanitário. No entanto, quanto aos outros quesitos, todos se encontram bastante equilibrados.

No entanto, esse mesmo equilíbrio não é encontrado quando analisa-se a renda mensal média por bairro (Gráfico 07). Nesta análise, observou-se que, apesar de Messejana se encontrar acima do salário-mínimo, o bairro Meireles recebe mais de seis vezes o salário-mínimo da época, enquanto o Conjunto Palmeiras recebe, por mês, uma quantidade quase quatro vezes menor. Isso caracteriza Fortaleza como uma cidade com altos índices de desigualdade, onde Messejana se encontra entre os dois extremos.

Gráfico 06: Comparativos entre sistemas de infraestrutura dos bairros.

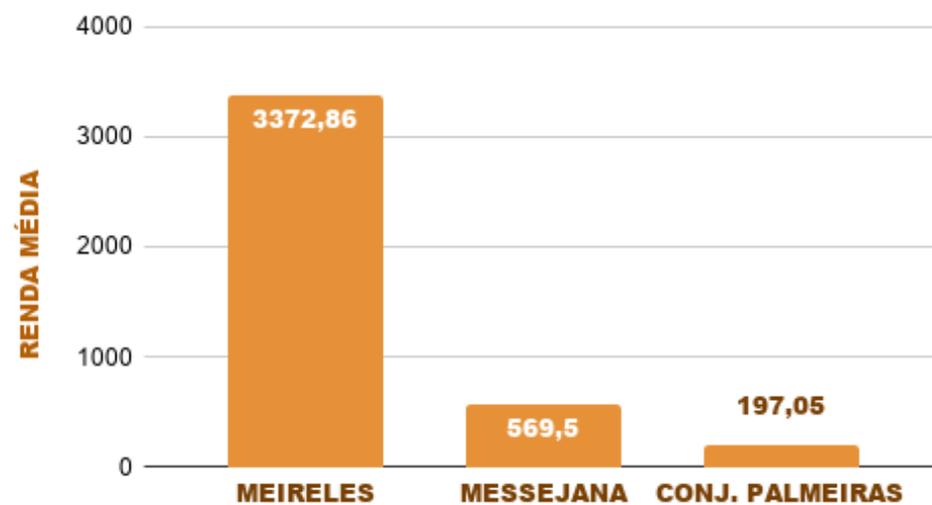
COMPARATIVO INFRAESTRUTURA



Dados: Censo IBGE 2010 | Gráficos produção autoral.

Gráfico 07: Comparativo de valores da renda mensal entre bairros citados anteriormente.

COMPARATIVOS RENDA MÉDIA MENSAL

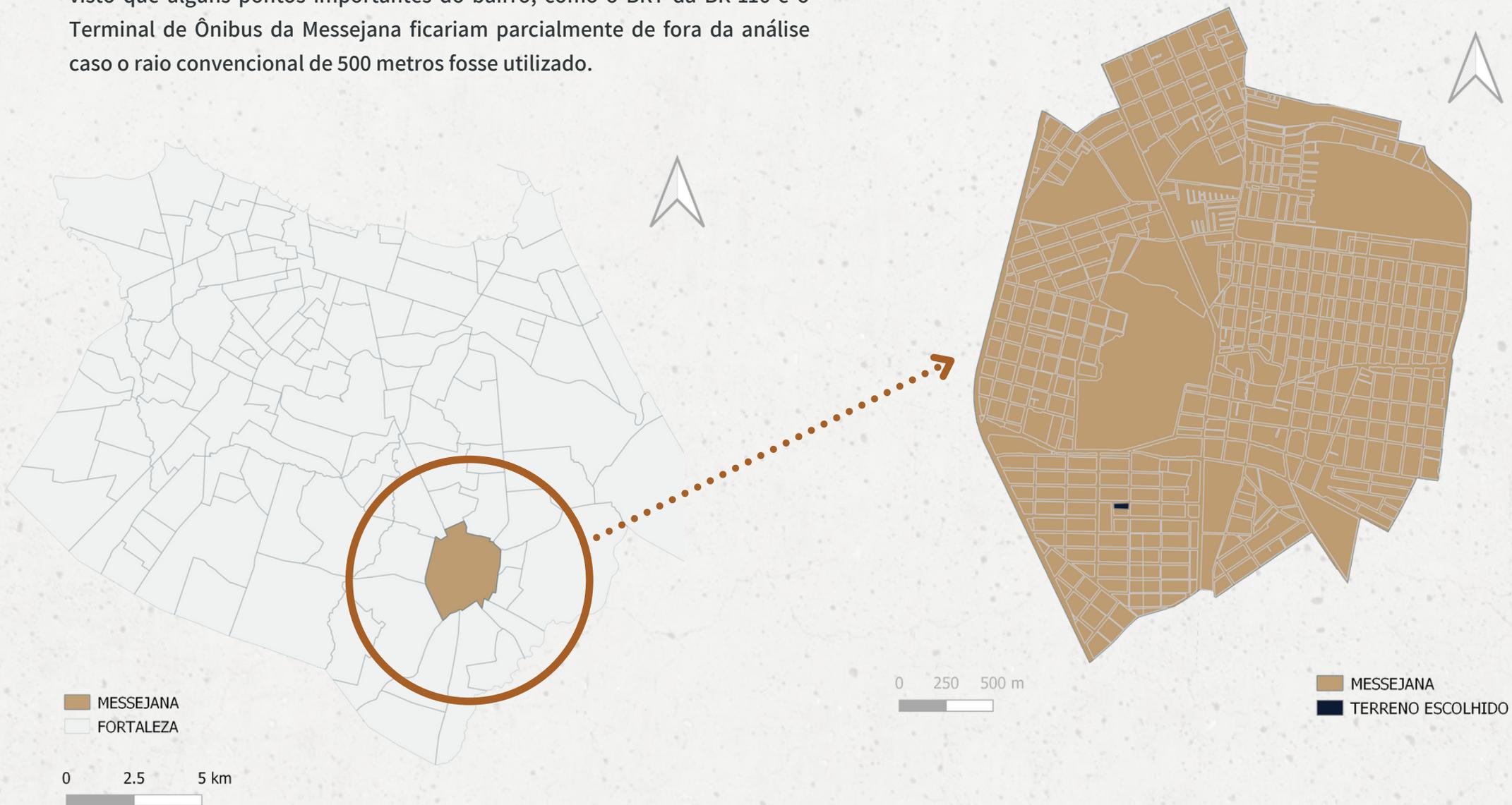


Dados: Censo IBGE 2010 | Gráficos produção autoral.

4.3 O bairro e seu entorno imediato.

O terreno é localizado a sudoeste do bairro (Imagem 19) e, para analisar ele e seu entorno imediato, adotou-se um raio de caminhabilidade de 600 metros, visto que alguns pontos importantes do bairro, como o BRT da BR-116 e o Terminal de Ônibus da Messejana ficariam parcialmente de fora da análise caso o raio convencional de 500 metros fosse utilizado.

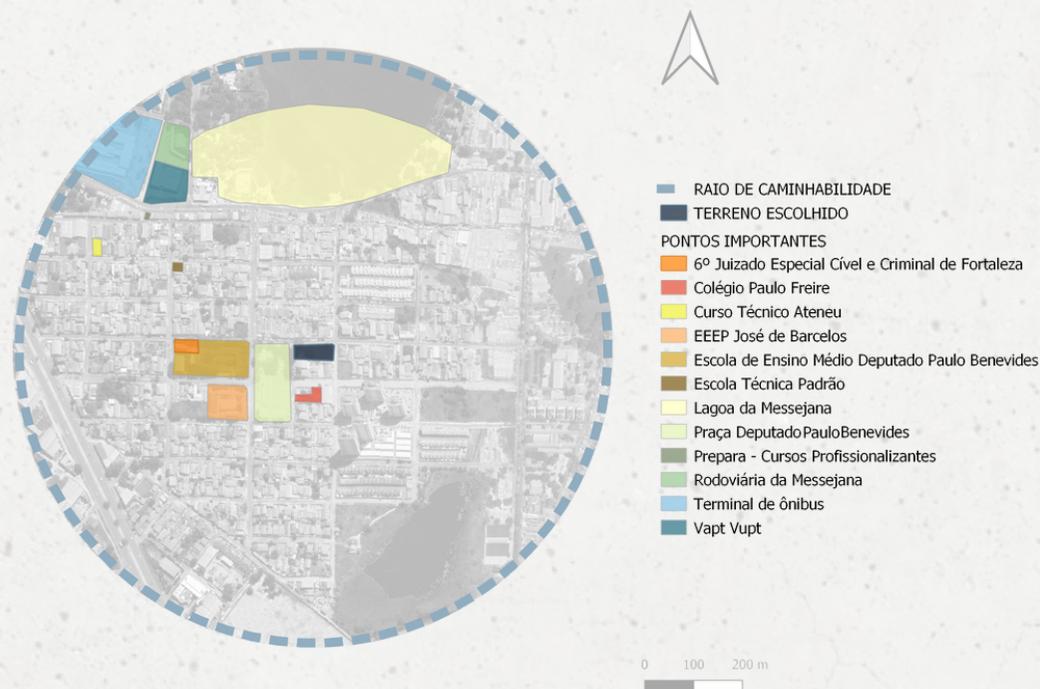
Imagem 19: Mapa ilustrativo indicando o terreno no bairro.



Fonte: Produção autoral.

O motivo da escolha do terreno se deu principalmente pela facilidade de acesso aos modais de transportes públicos, o que permite uma maior facilidade de mobilidade tanto para as jovens que cumprirão a medida de socioeducativa de semiliberdade, quanto para a família em dias de visitas. Além disso, outro fator importante é a quantidade de equipamentos que enriquecem a área (Imagem 20), de acordo com o uso que será adotado no terreno.

Imagem 20: Mapa de equipamentos importantes para a edificação.



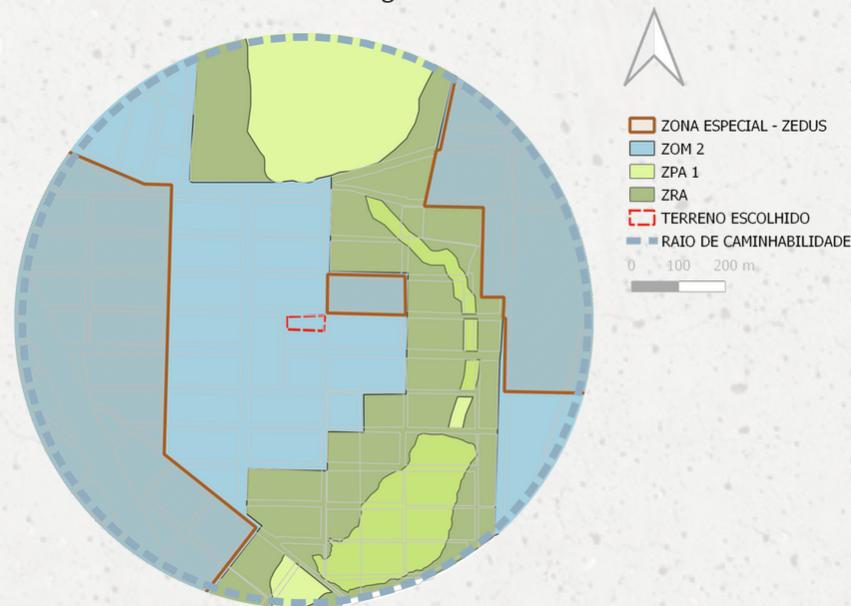
Fonte: Produção autoral.

As edificações citadas são, principalmente, escolas e cursos profissionalizantes, que podem servir de apoio para as adolescentes, visto que, adolescentes que cumprem este tipo de medida devem estar integrando um desses dois tipos de sistema.

Outros também são importantes para o bairro de um modo geral, como os terminais, o Vapt Vupt, serviço público que fornece diversos serviços relacionados à documentação, e o 6º Juizado. Além disso, também citou-se áreas de lazer públicas, como a Orla da Lagoa de Messejana e a Praça Deputado Paulo Benevides, que podem servir como entretenimento para as jovens.

Ademais, analisando o macrozoneamento da área (Imagem 21), de acordo com a LUOS (2017), a área é todo abrangido por uma Zona de Ocupação Moderada do tipo II (ZOM II). Segundo a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS, 2017), uma ZOM II é caracterizada por ser uma área que carece de algum tipo de infraestrutura, seja ela a básica ou até mesmo a carência de equipamentos públicos, como escolas municipais ou estaduais, postos de saúde, praças e parques.

Imagem 21: Análise da LPUOS.



Dados: Lei de Uso e Ocupação do Solo 2017 | Fonte: Produção autoral.

Por isso, a ZOM II tem como objetivo controlar a ocupação nessas áreas para que não haja uma ocupação desordenada, de modo que favoreça o crescimento dessa carência. Além disso, essa Zona também serve para indicar a necessidade de promover uma melhoria no local.

Além dessa, a área ainda possui outras Zonas, mas nenhuma abrange o terreno além da ZOM II. Assim acontece também com as Zonas Especiais, onde apenas a ZEDUS aparece no mapa, mas não influencia o terreno. Por isso, considera-se permitido a construção, contanto que se considere os parâmetros construtivos (Tabela 02) de acordo com os parâmetros estabelecido pela LUOS 2017 para ZOM II.

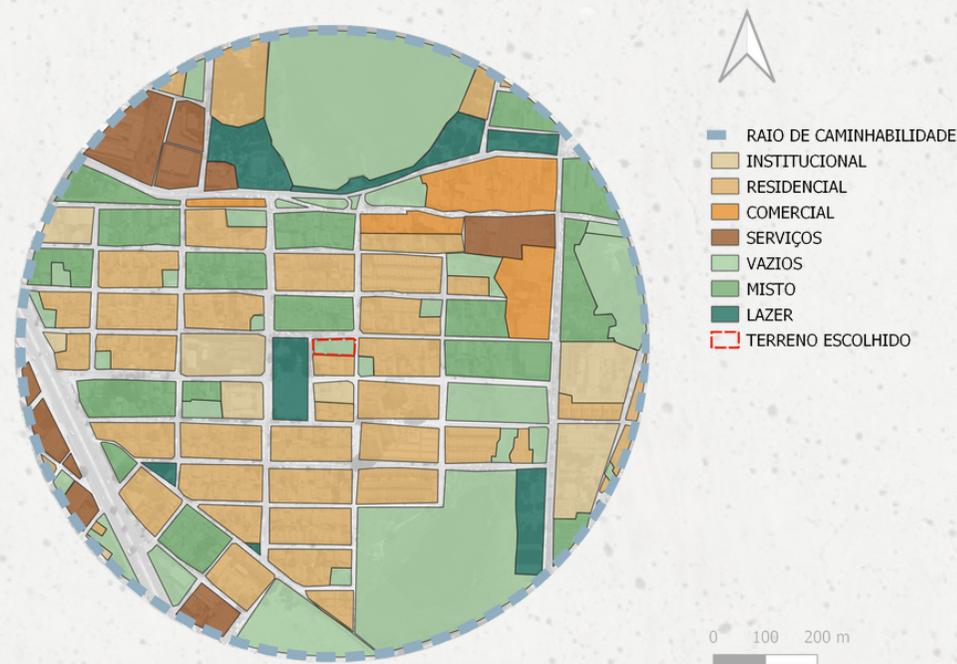
Tabela 02 - Parâmetros urbanísticos da área.

PARÂMETROS URBANÍSTICOS DE ACORDO COM A LUOS 2017	
ZONA DE OCUPAÇÃO MODERADA II - SUBZONA I	
Taxa de permeabilidade:	40%
Taxa de ocupação do solo:	50%
Taxa de ocupação do subsolo:	50%
Índice de aproveitamento básico:	2
Índice de aproveitamento mínimo:	0,1
Índice de aproveitamento máximo:	2
Altura máxima:	7,2
Testa mínima do lote:	6
Profundidade mínima do lote:	25
Área mínima do lote:	150
Fração:	45

Dados: LUOS 2017 | Fonte: Produção Autoral.

Outra análise importante a ser feita é a respeito do uso do solo no entorno do terreno, para que seja averiguada a predominância na área (Imagem 22). Por isso, este foi examinado a partir de imagens de satélite disponibilizada pelo Google Earth.

Imagem 22: Mapa de análise do uso do solo da área.



Fonte: Produção autoral.

Com isso, constatou-se a predominância de uso residencial, o que é muito importante para o projeto, visto que é necessário para a tipologia que esta esteja inserida em uma atmosfera a qual esse uso prevalece.

Além disso, também observa-se, através de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, que estas edificações são, em sua maioria, de até 2 pavimentos, como mostra o mapa abaixo (Imagem 23).

Imagem 23: Mapa de Gabaritos.



Fonte: Produção Autoral.

Isso caracteriza a área com um perfil mais horizontalizado, traço que deve ser considerado durante a etapa projetual, de modo que a edificação pode se adequar ao seu entorno.

A área ainda possui uma quantidade considerável de terrenos ociosos, como pode ser visto na Imagem 24, que identificada os espaços vazios e edificados do bairro.

Imagem 24: Mapa Figura Fundo.

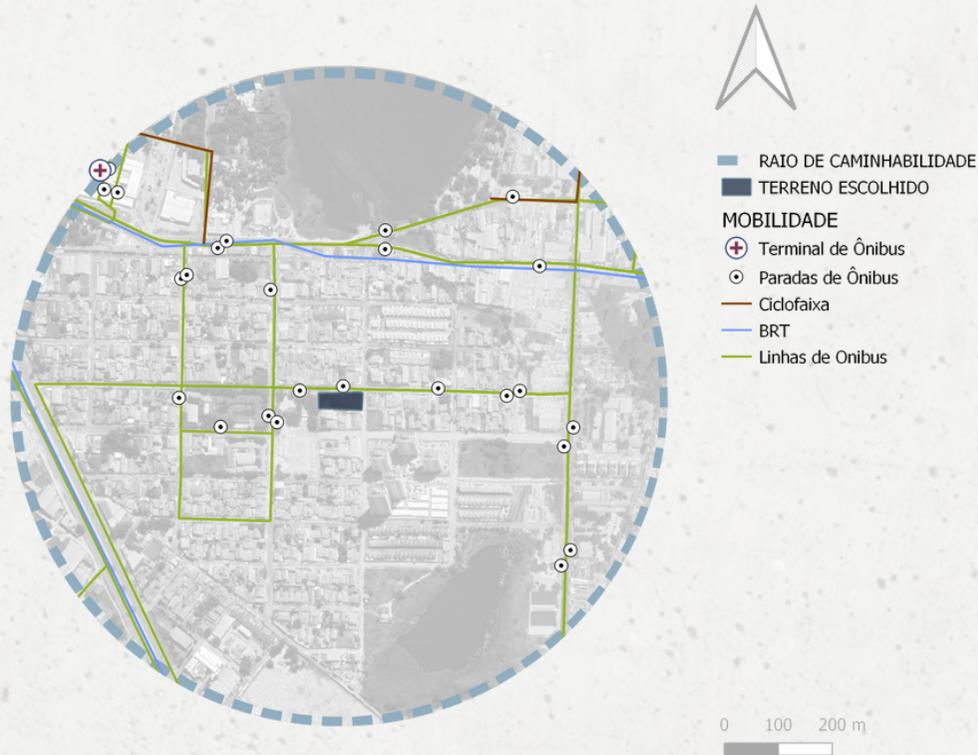


Dados: Fortaleza em mapas com algumas intervenções da autora | Fonte: Produção autoral.

Apesar disso, estes terrenos vazios não caracterizam a área como pouca adensada, visto que, de acordo com o IBGE 2010, o setor censitário do local possui adensamento equivalente a 5.160 habitantes por quilômetro quadrado.

Todavia, um dos fatores mais decisivos no processo de escolha do bairro, foi a possibilidade de conectividade com toda a cidade devido à diversidade de modais (Imagem 25) que o podem ser encontrados no bairro e no raio estudado.

Imagem 25: Mobilidade do entorno imediato.



Dados: ETUFOR 2015 | Fonte: Produção autoral

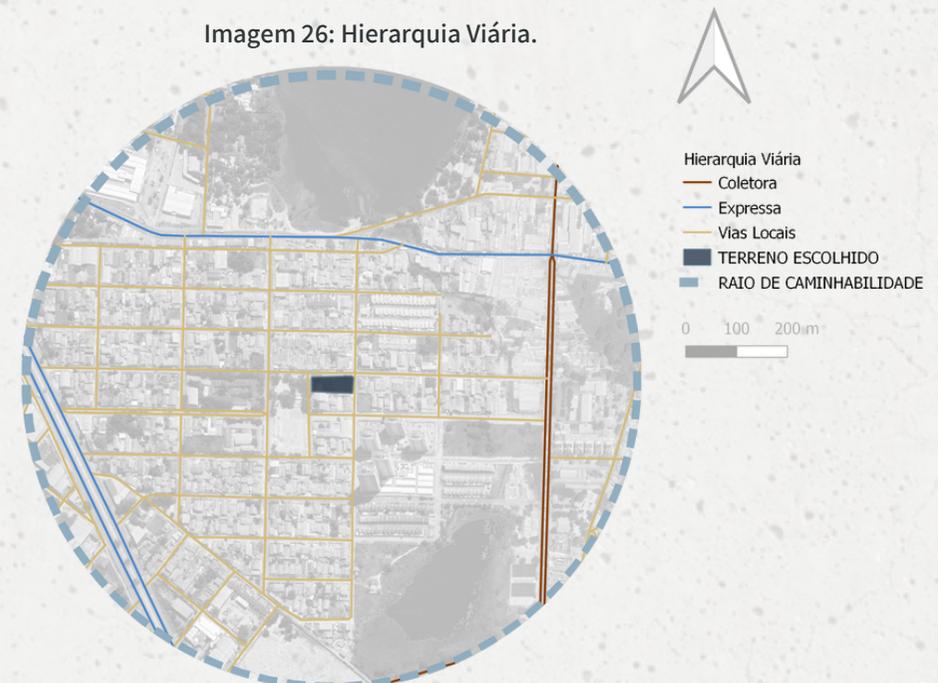
Esse fator é indispensável, visto que as adolescentes que ocuparão essa edificação vem de diversos pontos da cidade, assim como sua família. Assim, facilita-se o processo de visitas para a família e ainda permite-se que as adolescentes possam vivenciar a cidade e o direito de ir e vir de forma integral.

Como pode ser visto no mapa, esses modais se concentram na parte superior do raio de estudo, próximo à Lagoa da Messejana, o que dificulta o acesso para a parcela residente na parte inferior do mapa.

Contudo, no terreno não há esse problema, pois possui fácil acesso a todos os modais, incluindo o Terminal de Ônibus da Messejana. Porém, observa-se a necessidade de ciclofaixas, que são escassas na área.

Por fim, analisando a hierarquia viária (Imagem 26), de acordo com o Plano de Mobilidade de Fortaleza (PLANMOB), as vias da área são quase todas do tipo via local, incluindo as vias de entorno do terreno. O raio estudado possui apenas uma via coletora, conhecida como Rua Padre Pedro de Alencar e duas vias Expressas, a BR - 116, que cruza verticalmente o entorno, e a Avenida Jornalista Tomaz Coelho, rua que passa pela Lagoa da Messejana.

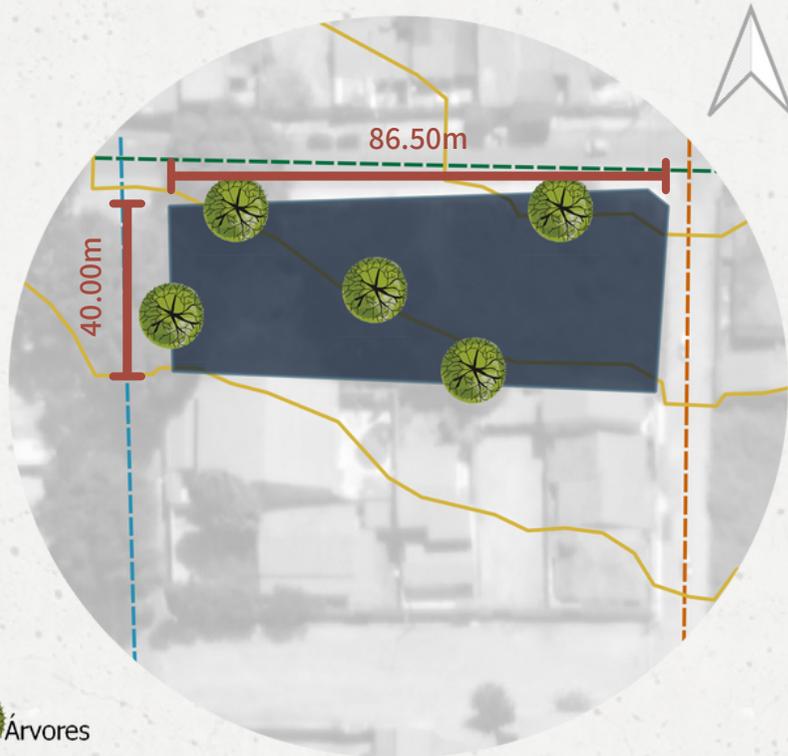
Imagem 26: Hierarquia Viária.



Dados: PLANMOB | Fonte: Produção Autoral.

4.4 Análise físico-ambiental do terreno

Imagem 27: Análise físico-ambiental do terreno



- Árvores
- Terreno escolhido
- Praça Deputado Paulo Benevides
- Topografia
- Rua Chico França
- Rua João Ivo
- Rua Luis Carlos Lopes Ribeiro



Fonte: Produção Autoral.

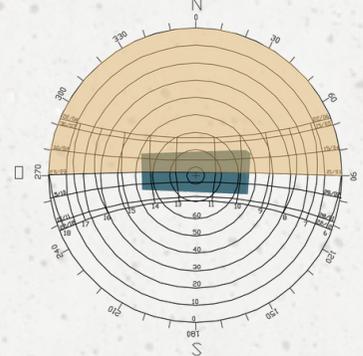
O terreno em questão se encontra na fração de um lote. Este é um terreno de esquina e possui área total de 3.460 m², onde todas as suas vias são locais. Além disso, possui 4 metros de desnível de terreno e vegetação nativa existente.

Além disso, o terreno possui suas fachadas de maior comprimento voltadas para o Norte e Sul e as menores para Leste e Oeste.

Portanto, analisando a carta solar de acordo com as fachadas, obteve-se que a fachada norte (Imagem 28), recebe insolação de 21 de Março até 23 de Setembro das 06:00 até as 18:00 horas. Enquanto isso, na fachada sul (Imagem 29), no mesmo período recebe-se insolação das 05:30 às 18:30 horas.

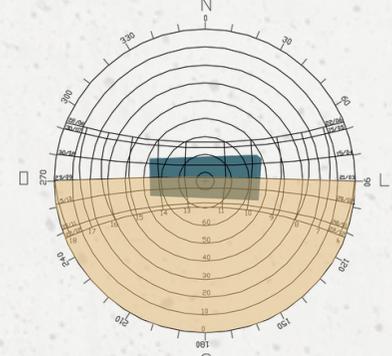
Já a fachada leste (Imagem 30) recebe insolação do dia 22 de Junho, das 05:30 às 12:30 horas e a fachada oeste (Imagem 31), recebe insolação do dia 26 de Junho até o dia 22 de Dezembro das 12:30 até as 18:30 horas.

Imagem 28: Análise da fachada norte na carta solar.



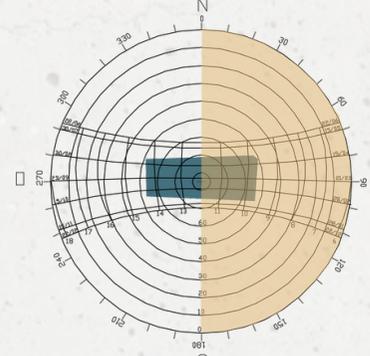
Fonte: Produção Autoral.

Imagem 29: Análise da fachada sul na carta solar.



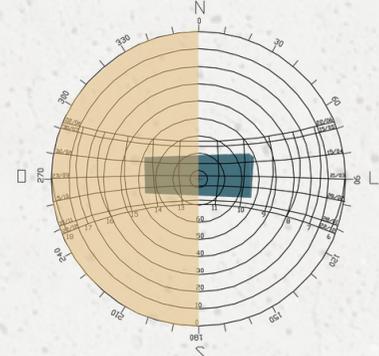
Fonte: Produção Autoral.

Imagem 30: Análise da fachada leste na carta solar.



Fonte: Produção Autoral.

Imagem 31: Análise da fachada oeste na carta solar.



Fonte: Produção Autoral.

CS

PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO



5 Proposta de Intervenção

Este capítulo contém a proposta conceitual preliminar do projeto considerando todos os itens levantados anteriormente, de forma a elaborar o programa de necessidades com o pré-dimensionamento dos ambientes, o fluxograma, conceito e partido do projeto.

5.1 Programa de necessidades

O programa de necessidades desenvolvido para a Casa de Semiliberdade foi baseado no programa preliminar disposto pelo SINASE (2012) para casas de Internação, que corresponde às necessidades de Unidades Socioeducativas. Além disso, devido à singularidade¹⁷ do projeto, algumas modificações foram feitas para atender de forma mais eficaz as necessidades apresentadas pelo estudo.

Durante a criação do programa, ponderou-se, principalmente, a importância da reinserção e socialização das adolescentes, visando proporcionar uma maior vivência da cidade e do entorno imediato, reforçando e assegurando o direito de ir e vir delas.

Pensando nisso, criou-se os setores de Controle (Tabela 03), Administrativo (Tabela 04), Serviços (Tabela 05), Educacional (Tabela 06), Lazer (Tabela 07) e o de Moradia (Tabela 08).

O setor de Controle (Tabela 03) diz respeito a ambientes que garantirão às adolescentes uma maior segurança. Nele será realizado a vistoria de quem entra na edificação, seja para trabalhar, visitar ou para quem vai cumprir as medidas. O setor Administrativo (Tabela 04), engloba os espaços necessários para o funcionamento técnico do espaço, além de abrigar elementos específicos como salas para pré-natal e atendimento psicológico.

¹⁷ Uma Casa de Semiliberdade que atende apenas mulheres.

Tabela 03: Setor de Controle

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor de Controle					
Sanitário de visita	Banheiro para as visitas	2	5	10	1
Sala de revista	Área onde ocorrerá a vistoria das visitas, de modo que estas não entrem na edificação com objetos não permitidos.	2	3	6	6
Controle acesso	Apesar do direito de ir e vir assegurado pelo ECA (1990), é necessário uma área de controle de acesso para esta tipologia de edificação, para assegurar que os adolescentes que por alguma razão precisaram sair da edificação, voltem na hora do toque de recolher. Além disso, é importante também para evitar a entrada de pessoas não-autorizadas.	1	6	6	2
Guarda-volume	Área para que as visitas possam guardar seus pertences, caso necessário	2	3	6	-
Circulação	-	1	-	5,6	-
Total		8	17	33,60	9

Fonte: Produção Autoral.

Tabela 04: Setor Administrativo.

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor Administrativo					
Recepção/ Espera	Área de espera e redirecionamento de pessoas	1	10	10	13
Sala administrativa	Sala administração da casa de semiliberdade	1	7,5	7,5	4
Sala de diretor geral	Sala diretoria	1	10	10	1
Sala de reunião	Sala para reuniões internas	1	10	10	8
Arquivo	Sala para guardar arquivos administrativos	1	6	6	1
Almoxarifado	Estocagem de produtos para uso interno	1	3	3	1
Sala para atendimento individual	Sala para atendimento das adolescentes e suas famílias, seja qual for a natureza do atendimento (Psicológico, Administrativo...)	2	7,5	15	6
Guarda Pertences	Funcionários guardam seus pertences, caso necessário	1	6	6	1
Sala para equipe técnica	Sala em comum, que abriga o corpo técnico da edificação, como psicólogos, assistente social, pedagogo, advogados e auxiliares	1	20	20	6
Monitoramento de Sistemas	Sala para monitoramento de câmeras	1	5	5	1
Pré-natal	Acompanhamento básico para adolescentes grávidas, porém, esse espaço também poderá servir posteriormente como ambulatório	1	6	6	3
Controle de Processamento de Dados (CPD)	Sala onde estão localizados todos os sistemas computacionais da edificação	1	6	6	1
Vestiário Feminino	-	1	6	6	6
Vestiário Masculino	-	1	6	6	6
Sala de atendimento jurídico	Sala para atender e acompanhar os adolescentes e seus processos jurídicos	1	7,5	7,5	3
Área de Estar/Copa	-	1	12	12	4
Quadro de Chaves	Espaço onde se localiza todas as chaves do espaço.	1	3	3	-
Circulação	-	1	-	18,5	-
Total		18	131,5	111,00	65

Fonte: Produção Autoral.

Enquanto isso, o setor de Serviços (Tabela 05), representa a parte de funcionamento interno do espaço, dispendo de ambientes como lavanderia e cozinha. Estes locais existem tanto para garantir uma maior autonomia para as adolescentes, como também para garantir que estas se sintam o mais próximo da normalidade possível. A cozinha, por exemplo, é um espaço que elas podem preparar sua própria comida. Porém, entre preparo de refeições, esta também poderá funcionar como espaço para aulas práticas de culinária e, por isso, será maior do que o disposto no SINASE(2012).

O setor educacional (Tabela 06), auxilia o estudo externo e propõe que este seja retomado na edificação. Por isso, são dispostas ambientes como salas de estudo, biblioteca e informática. Além disso, esse setor também tem influência no processo de reinserção e no processo de tentativa de reconstrução da autoestima, onde serão disponibilizados cursos como fotografia, muito importante tanto como arte, como também para qualquer trabalho atualmente. Além disso terão outros formatos de cursos, como música e artesanato. Também serão disponibilizadas duas salas multiuso, para caso sintam-se a necessidade de disponibilizar outros cursos ou, até mesmo, outras atividades que também contribuam para a criação de hobbies e no processo de autoconhecimento destas.

Tabela 05: Setor de Serviços.

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor Serviços					
Casa de Gás	-	1	3	3	1
Casa de Lixo	-	1	3	3	1
DML	Estocagem de produtos de limpeza para uso interno	1	3	3	1
Cozinha	Cozinha com espaço para aulas de gastronomia	1	36	36	6
Despensa	-	3	5	15	2
Sala de nutricionista	-	1	5	5	2
Lavanderia	-	1	12	12	4
Almoxarifado	Estocagem de produtos para uso interno	1	5	5	1
Refeitório	-	1	36	36	12
Área para estender roupa	-	1	12	12	12
Sala acompanhamento psicológico	-	1	6	6	2
Circulação	-	1	-	27,2	-
Total		13	126	163,20	44

Fonte: Produção Autoral.

Tabela 06: Setor Educacional

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor educacional					
Biblioteca	-	1	12	12	6
Sala de informática	-	1	12	12	6
Sala Multiuso	-	2	12	24	12
Sala de artesanato	-	1	12	12	6
Sala de estudos	-	1	12	12	6
Estúdio de fotografia	-	1	12	12	6
Sala de música	-	1	12	12	6
Horta	-	1	12	12	6
WC	-	2	5	10	2
Circulação	-	1	-	23,6	-
Total		11	101	141,60	56

Fonte: Produção Autoral.

O setor de Lazer (Tabela 07) por outro lado, é um espaço que contempla encontros. Este será abrigo de conexão entre familiares e as adolescentes. Além disso, este também tem como intuito tanto ser espaço para descanso das adolescentes, para jogos, conversas e interações.

Alguns ambientes pré-dispostos no SINASE (2012) foram retirados do programa, como quadras poliesportivas e academia foram retirados do programa, pois em frente a edificação existe uma praça que já possuem esses equipamentos. Então, propõe-se que, caso necessário, as adolescentes utilizem o espaço já disponibilizado no entorno, incentivando assim o uso do espaço público e com interações com a sociedade.

Por fim, o setor de Moradia (Tabela 08) é a área exclusiva para as adolescentes e para as pessoas permitidas. Os dormitórios possuem duas disposições, sendo uma dessas com uma área reservada para caso as adolescentes necessitem abrigar seus filhos. Além disso, esse setor também uma sala de estar exclusiva para elas e vestiários.

Tabela 07: Setor de Lazer.

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor de Lazer					
Espaço Ecumênico	-	1	24	24	6
Área de estar comum para visitas	Área coberta com espaços diversos para acolher e possibilitar interações entre as visitas sociais e as adolescentes de idade entre dezoito e vinte e um anos.	1	30	30	12
Redário	-	1	10	10	6
Apartamento para visitas íntimas	-	1	20	20	4
Circulação	-	1	-	16,8	-
Total		4	84	100,80	28

Fonte: Produção Autoral.

Tabela 08: Setor de Moradia.

Ambientes	Descrição do ambiente	Quantidade	Área por ambiente (m²)	Área total (m²)	Ocupação máxima (pessoas por ambiente)
Setor de moradia					
Sala de Estar	Exclusiva para as adolescentes que cumprem medidas no espaço	1	24	24	12
Quarto para bebês	Quarto individual para adolescentes com filhos que necessitam de cuidados e espaços específicos	1	6	6	2
Dormitório	-	5	24	120	4
Vestiário	-	2	12	24	8
Circulação	-	1	-	40	-
Total		9	66	240,00	26

Fonte: Produção Autoral.

5.2 Fluxograma e Setorização

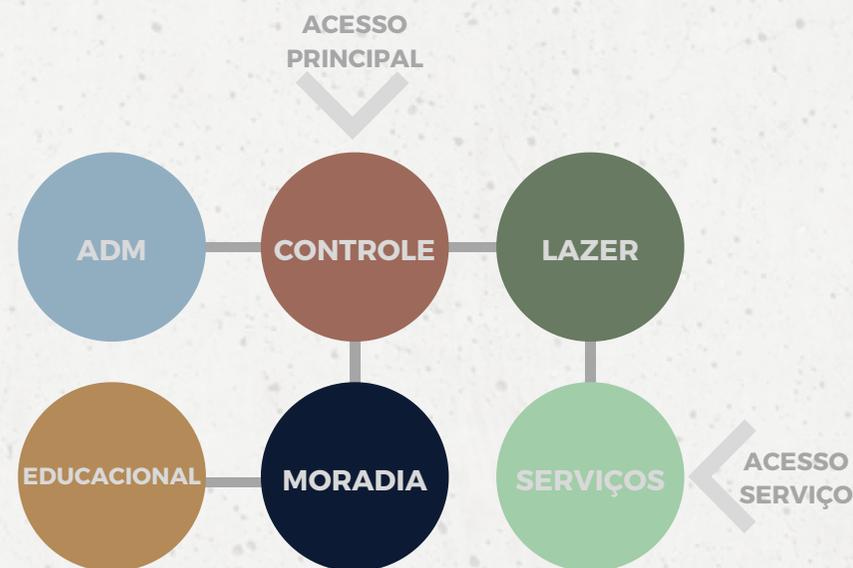
Para garantir a união dos setores de maneira adequada, criou-se um fluxograma dos setores (Imagem 32) com todos os setores e como estes se conectam.

Para este programa, é imprescindível que o setor de controle seja o primeiro a ser acessado por qualquer pessoa de fora que for utilizar a edificação, pois este é o responsável pelo controle de entrada no prédio, distribuindo o acesso para o Setor Administrativo ou para o resto da edificação.

O Setor administrativo tem acesso separado do restante do prédio, pois é a área que receberá mais pessoas que não necessariamente precisam ter acesso e contato as adolescentes e seu dia-a-dia. Enquanto isso, o restante do prédio se conectará principalmente com a área de lazer.

Esta inclui a área de visitas e espaços ao ar livre e se conecta diretamente ao setor de serviço, visto que é a área na qual as adolescentes têm maior liberdade nessa área e ao mesmo tempo interagem com outras pessoas que não necessariamente cumprem medidas.

Imagem 32: Setorização

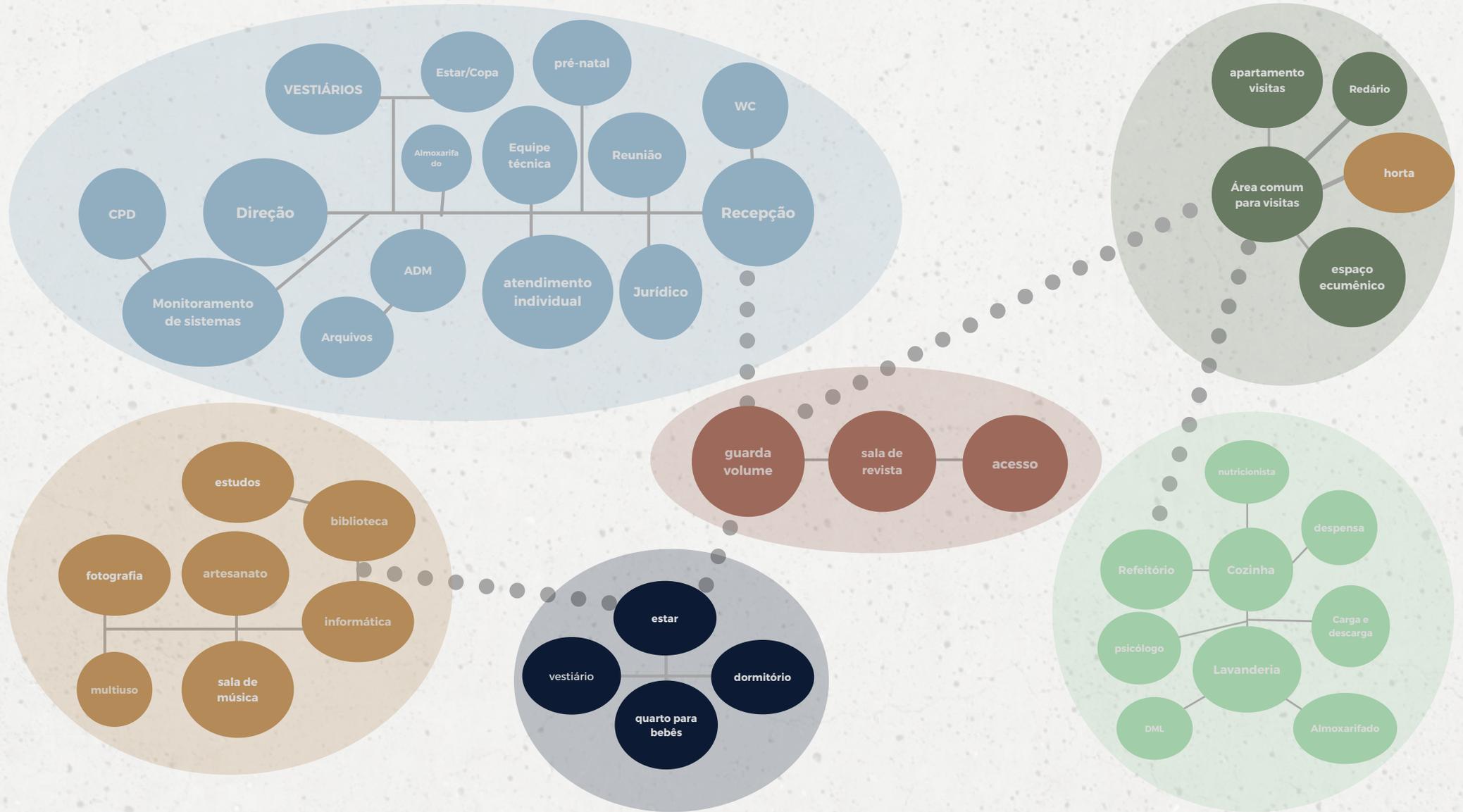


Fonte: Produção autoral.

Por fim, os espaços de moradia e serviço foram locados no primeiro pavimento, pois exigem um acesso mais restritivo, visto que são setores que funcionam exclusivamente para as adolescentes.

fluxograma

Imagem 33: Fluxograma dos setores.



Fonte: Produção autoral.

5.3 Conceito e Partido Arquitetônico

Enquanto indivíduos plurais, cada ser tem suas especificidades que devem ser consideradas. A partir da análise elaborada ao longo da pesquisa, observou-se que as necessidades e vivências de adolescentes do sexo feminino que estão em conflito com a Lei diferem dos adolescentes do sexo masculino.

Pensando nisso, reiterou-se a indispensabilidade de construir novas vivências e experiências para essas adolescentes pautadas nas necessidades delas enquanto mulheres, possibilitando uma plena vivência e aproveitamento desse momento em que estas precisam cumprir pena.

Deste modo, o princípio da palavra Conexão foi um forte influenciador para o projeto. A ideia de agregar vários elementos com um propósito comum, assim como relacionar, conectar pessoas e o espaço. Pessoas com experiências e vivências parecidas.

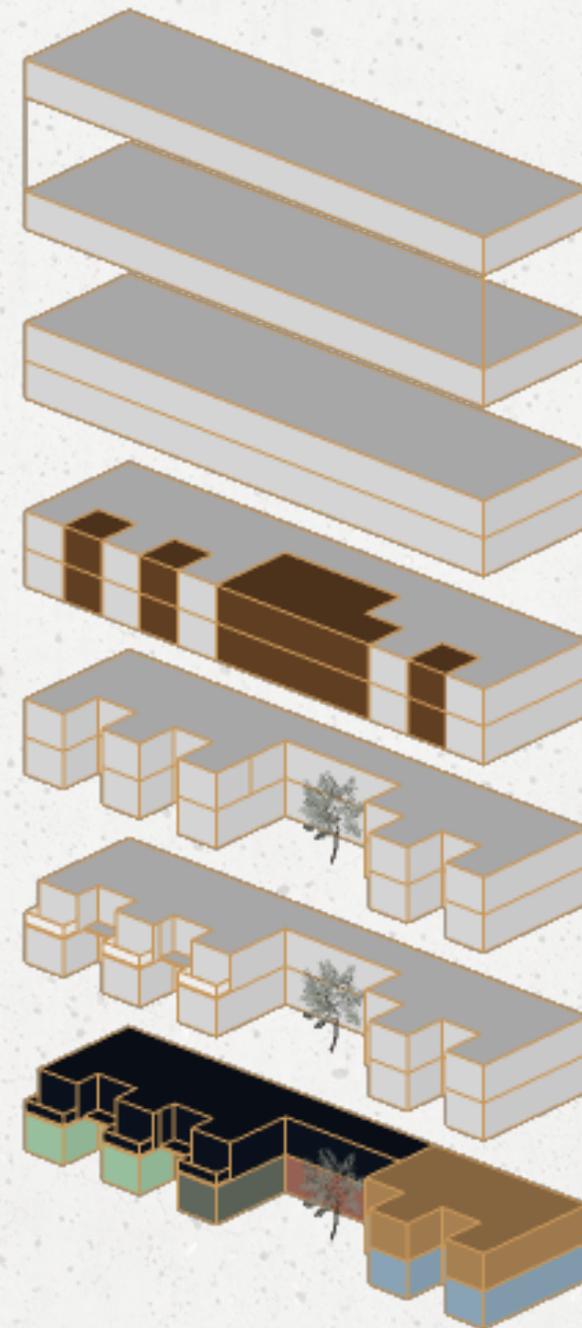
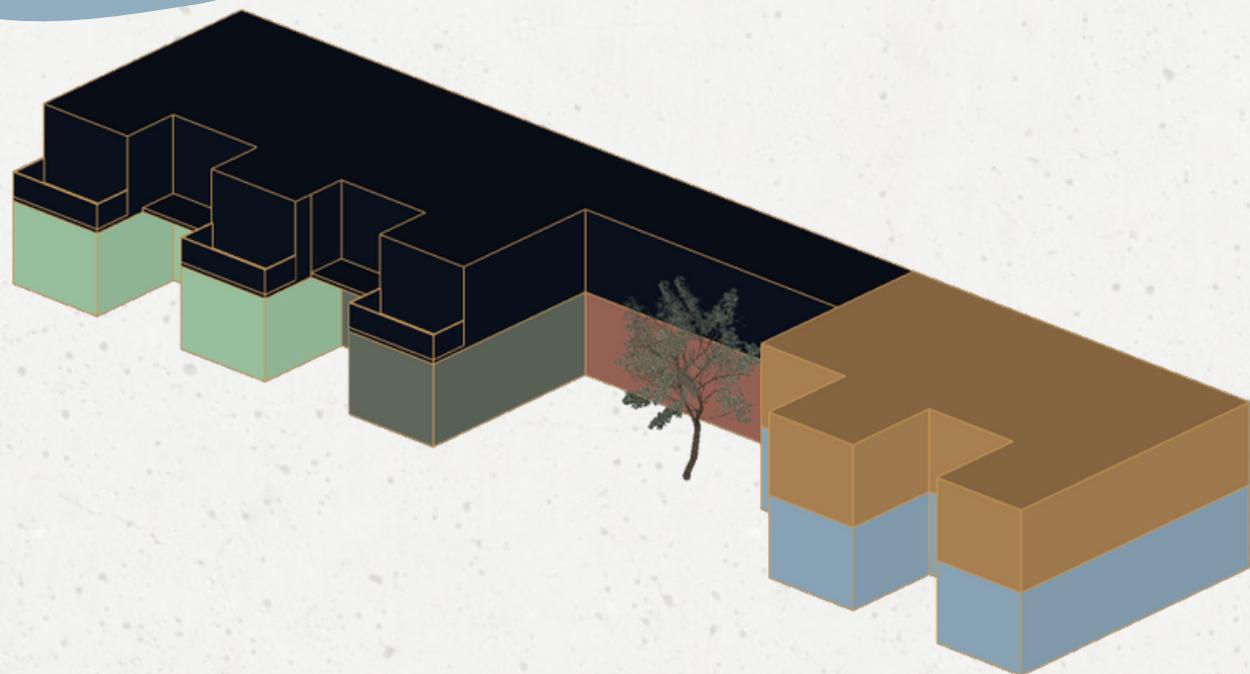
Portanto, para enfatizar este conceito, pensou-se em criar amplas áreas comuns com usos diversos ao longo da edificação de modo a estimular a interação entre as adolescentes e os demais usuários do espaço. Essas áreas são espaços flexíveis, os quais poderão servir como palco para reuniões, conversas ou até mesmo para momentos de lazer.

No entanto, para que essa conglomeração de pessoas com contextos tão parecidos e também tão diferentes funcione como um propósito positivo e engrandecedor, é preciso dar a essas adolescentes exemplos do que estas podem ter, caso consigam aproveitar da oportunidade que estas terão. Por isso, outro conceito utilizado é o de Capacitação.

Por fim, a situação em que estas adolescentes se encontram é geralmente bem precária. Por isso, é importante que a instituição de fato consiga concretizar sua funcionalidade, que é de ressocializar essas adolescentes tanto no âmbito social como no mercado de trabalho, uma parte bem importante para reduzir a reincidência no crime, dando uma boa qualidade de vida, fazendo com que o ambiente seja o mais próximo possível de uma casa, e além disso, dando oportunidades.

Por isso, a área educacional foi criada na Casa de Liberdade. O intuito é que este local da edificação abrigue cursos capacitadores de curta duração e com a possibilidade de receber tanto cursos fixo como também rotativos. Com isso, as garotas conseguem abordar diversas áreas e desbravar possíveis interesses futuros, contribuindo para um maior autoconhecimento e um incentivo ao cultivo da autoestima, questões importantes no processo de socialização.

Imagem 34: Estudo de Massas Edificação.



ADM

CONTROLE

LAZER

EDUCACIONAL

MORADIA

SERVIÇOS

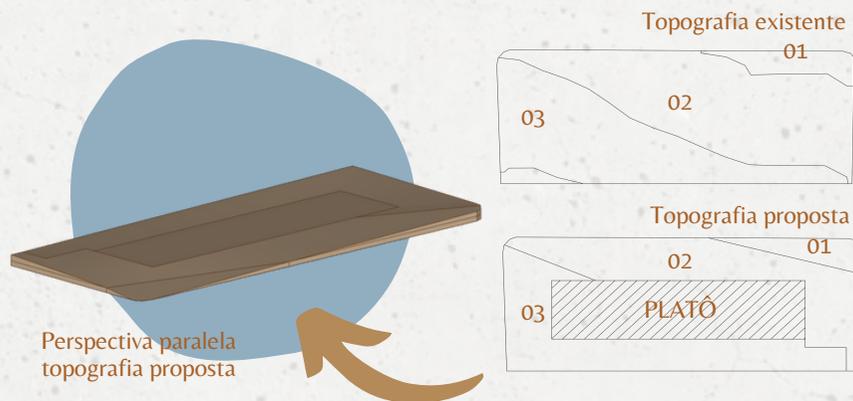
Fonte: Produção autoral.

5.4 Memorial Justificativo

Considerando as questões levantadas, observa-se a importância de romper a similaridade dos espaços com a estrutura encontrada no sistema carcerário, garantindo que a edificação se torne um espaço arejado e assegurando o direito de ir e vir dessas garotas.

Assim, o terreno indicado para a locação do projeto tem um aclave natural bem leve. Por isso, para a implantação, optou-se por mantê-la, apenas criando um platô no nível de 2 metros no local onde será locado o edifício e a área de guarita.

Imagem 35: Topografia Proposta



Fonte: Produção autoral.

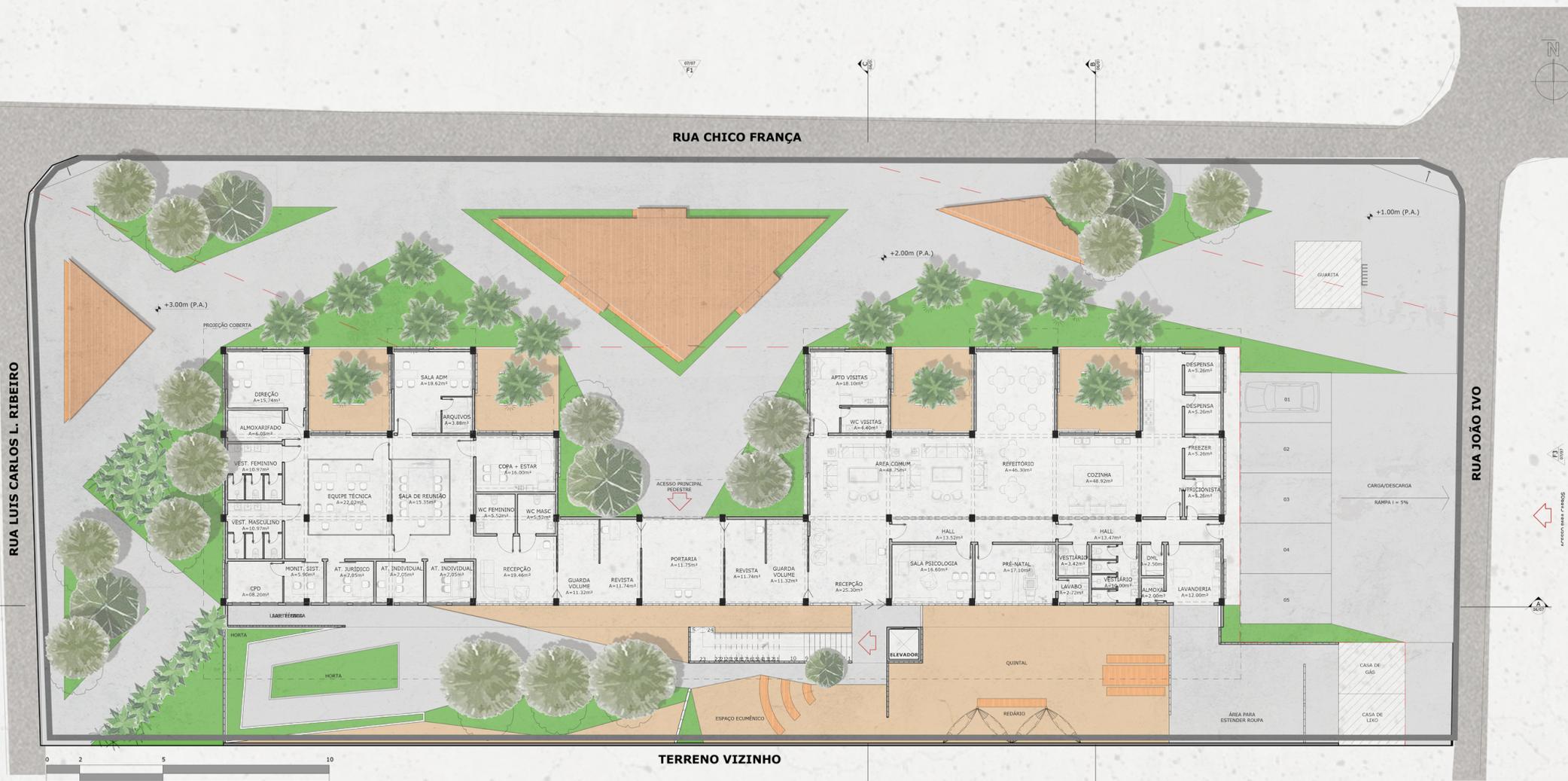
O paisagismo do terreno (Ver Imagem 35) é feito de forma a incentivar a liberdade e flexibilidade de uso, com percursos amplos e platôs de madeira maciça que podem ser palco para feirinhas livres, encontros e os mais diversos usos. Aqui, optou-se por não acrescentar equipamentos públicos, como forma de incentivar o uso dos equipamentos de lazer do entorno imediato, com a intenção de permitir a vivência da cidade e a interação com a vizinhança.

No quesito vegetação, escolheu-se plantas que se adequem ao clima local, garantindo que a necessidade de manutenção não seja tão constante. Além disso, para a área da fachada Sul, utilizou-se cactos com o propósito de gerar a sensação de barreira.

O prédio possui também, logo na sua entrada principal, uma área de jardim. Este espaço tem como intenção principal desmistificar a imagem distorcida de um espaço que usualmente é percebido como condenatório e repulsor, numa tentativa de criar percepções sobre esta, principalmente como um ambiente acolhedor e que se transformará em um ambiente restaurador.

Ao adentrar no terreno, para que se consiga alcançar o acesso principal da construção, é necessário passar por todo um percurso que nos guia entre os espaços de jardim e que permite uma visão central da árvore já existente no terreno, que foi mantida com o intuito de simbolizar a vida e a possibilidade de evolução constante ao qual esta nos possibilita.

Imagem 36: Planta de Paisagismo



1 Planta de Paisagismo
ESCALA 1:125

-  Vegetação existente a manter
-  Arborização Nova
-  Cactos novos
-  Arbustos novos

O acesso da casa é feito a partir de uma triagem inicial, e todas as pessoas que entram devem passar pelo mesmo sistema de revista, inclusive as adolescentes que estão cumprindo pena e, caso necessário, a guarda de seus pertences. Esse processo é importante para garantir tanto a segurança interna, quanto para o controle das meninas, que apesar do direito de sair da edificação, também devem estar nela em horários predispostos. Além do setor de controle, a segurança é também garantida a partir de monitoramento interno a partir de câmeras, quanto pela guarita para policiais na área externa. A área de administração, espaço isolado do restante da edificação, possui seu processo de revista também isolado, enquanto o resto dos setores (moradia, serviços, lazer interno e educacional) tem o seu.

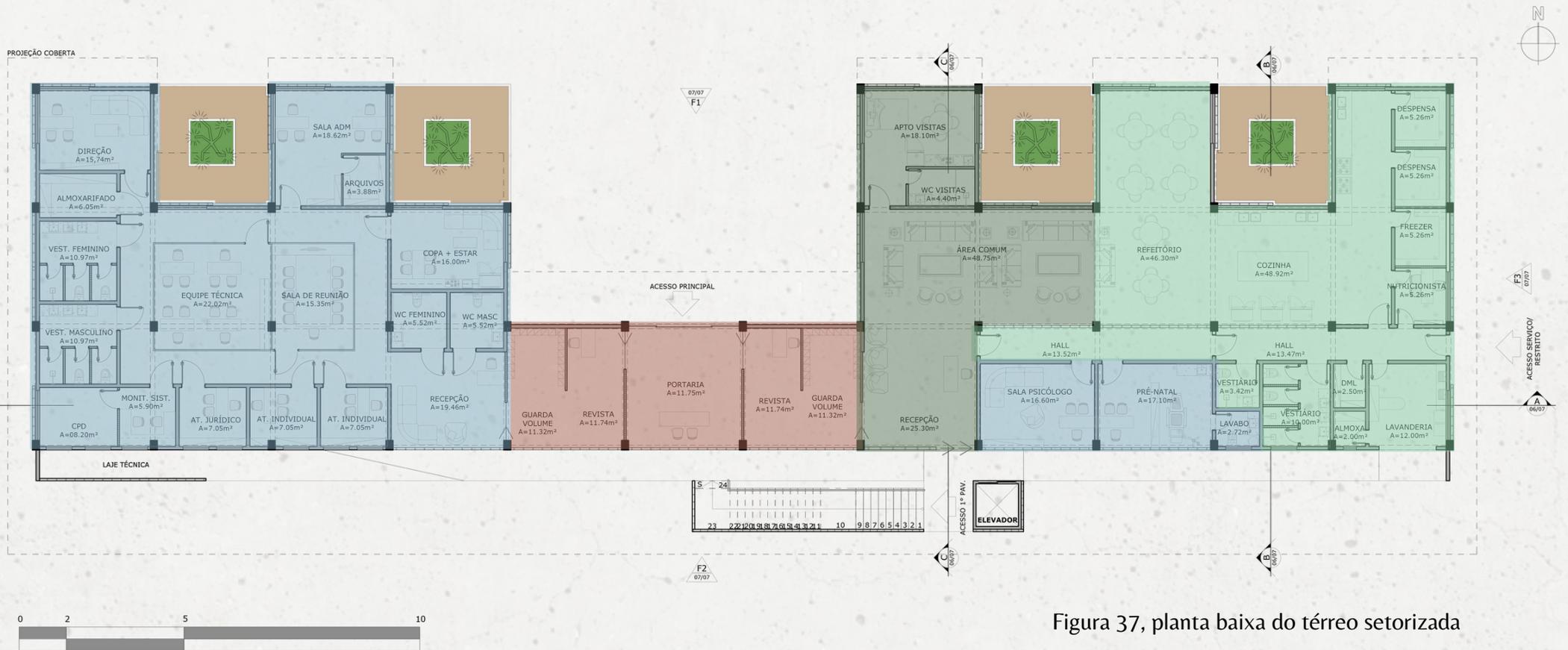
Ao adentrar no setor de administração, encontra-se primeiro com a recepção, que é responsável por direcionar os usuários para o restante do setor. Os ambientes desse setor foram todos locados nas suas extremidades, com uma circulação em formato de “O”. No centro dele, uma caixa de vidro foi pensada para abrigar a sala de reuniões e a sala para equipe técnica. O principal objetivo desses espaços serem em vidro é para permitir uma maior visibilidade do espaço como um todo, de forma que o setor se torne um ambiente com a sensação de maior amplitude visual e disperse a ideia de longos e estreitos corredores.

Enquanto isso, o setor de serviços e de lazer estão localizados na lateral esquerda da casa. Aqui, criou-se uma grande área comum que acopla estar e refeitório, tendo apenas o apartamento para visitas como um espaço fechado. A ideia, como citada anteriormente, é criar grandes áreas livres e dinâmicas e flexíveis, para gerar as mais diversas formas de interação.

A área de serviço possui um acesso à parte e restrito apenas para pessoas autorizadas, com o intuito de facilitar a carga e descarga de insumos necessários para o funcionamento da edificação como um todo. A cozinha é aberta com o intuito de agregar o espaço ao refeitório e permitir que este se faça mais visível, permitindo que as adolescentes que estiverem utilizando-o não sejam excluídas da vivência do espaço.

A lavanderia acessa a parte de trás da construção, onde está locado a área de secagem de roupa, assim como o acesso para o lixo e o gás. Ainda na parte de trás, estão localizados também uma área de horta, espaço ecumênico e um quintal com redário e mesão.





Enquanto isso, o acesso para o primeiro pavimento também é mais restrito, sendo seu controle feito a partir de uma catraca, onde somente pessoas autorizadas podem subir pela escada ou elevador dispostos na parte externa da edificação. Esta decisão projetual foi tomada para garantir que as adolescentes tenham o máximo de privacidade possível na área de moradia.

Aqui, estão localizados o setor Educacional e o de Moradia. Nesse pavimento, priorizou-se o conforto térmico. Por isso, criou-se janelas altas em venezianas e rebaixou-se as paredes internas com o intuito de gerar uma ventilação cruzada, por isso, a acústica dos ambientes foi um pouco prejudicada.

O setor Educacional, logo acima do setor Administrativo, é onde ficam abrigadas todas as salas para os cursos extracurriculares, a biblioteca, sala de estudos e sala de computadores.

As salas dos cursos são estruturadas sem corredores, sendo a circulação feita dentro das salas, isso garante que haja mais área útil no interior das salas e ainda exclui os corredores longos e estreitos.

Além disso, as salas também têm a possibilidade de extensão, dependendo da demanda do curso ou em caso de necessidade de auditório. Isso acontece porque as divisórias entre salas são feitas a partir de portas do tipo camarão.

Do outro lado está localizado o setor de Moradia. O espaço é composto por sala de estar e os dormitórios.

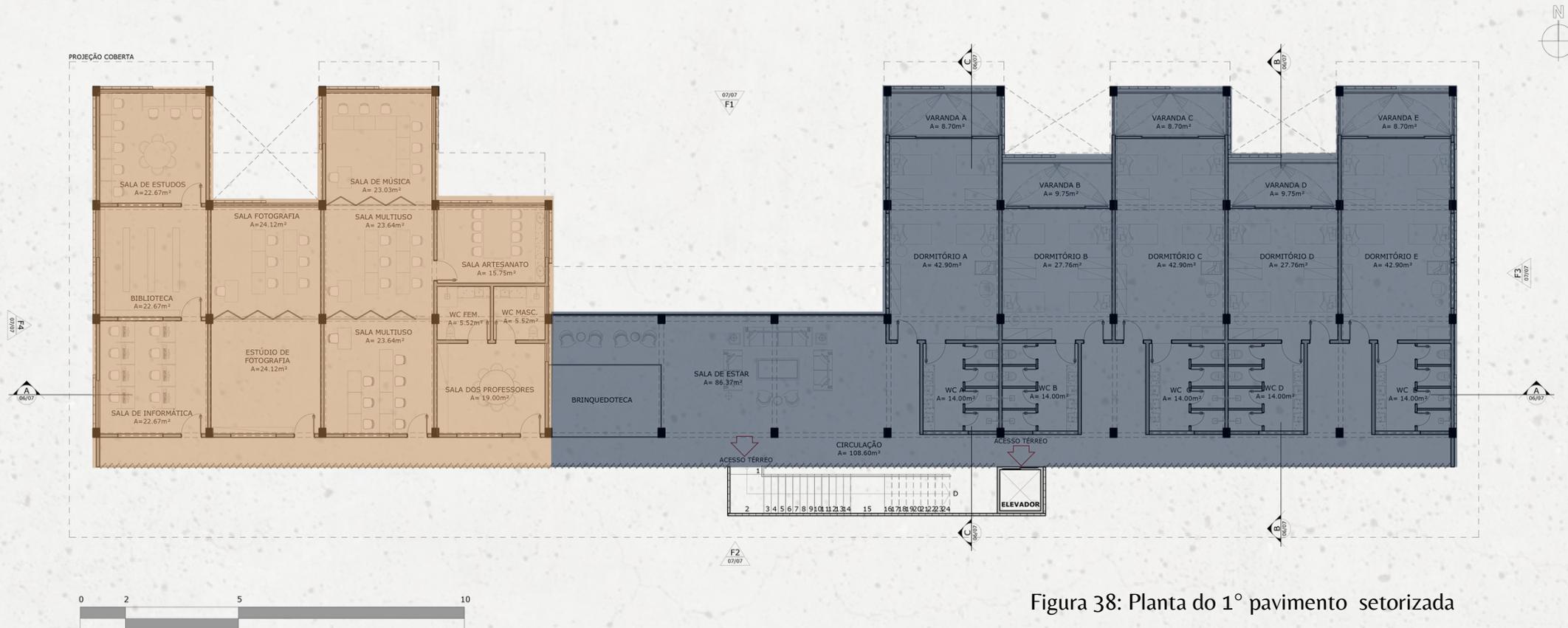
De frente para a escada, está a sala de estar com espaço para brinquedoteca cercada, seguido por todos os cinco quartos. Todos eles possuem suas próprias instalações sanitárias e varandas, elemento tradicional da cultura cearense que foi priorizado no projeto. Ademais, há duas disposições de layouts e tamanhos. Isso ocorre porque há quartos com área para jovens mães (Ver Figura 39). Esse ambiente possui berço, trocador e uma poltrona para amamentação principalmente para as madrugadas, porém, é importante salientar que as adolescentes têm o direito de amamentar em qualquer lugar da edificação.

Por fim, a coberta (Ver Figura 40, 41 e 42) funcionando como elemento coroador do projeto. Esta é de telha colonial inclinada a 25% e seu desenho é gerado a partir da diversidade de alturas e localização da cumeeira, que cria uma sinuosidade que destaca as reentrâncias da edificação.



EDUCACIONAL

MORADIA



Esquema dormitório com berçário

Trocador

Mesa de apoio

Poltrona para amamentar

Berço

Espaço individual adolescente

Varanda

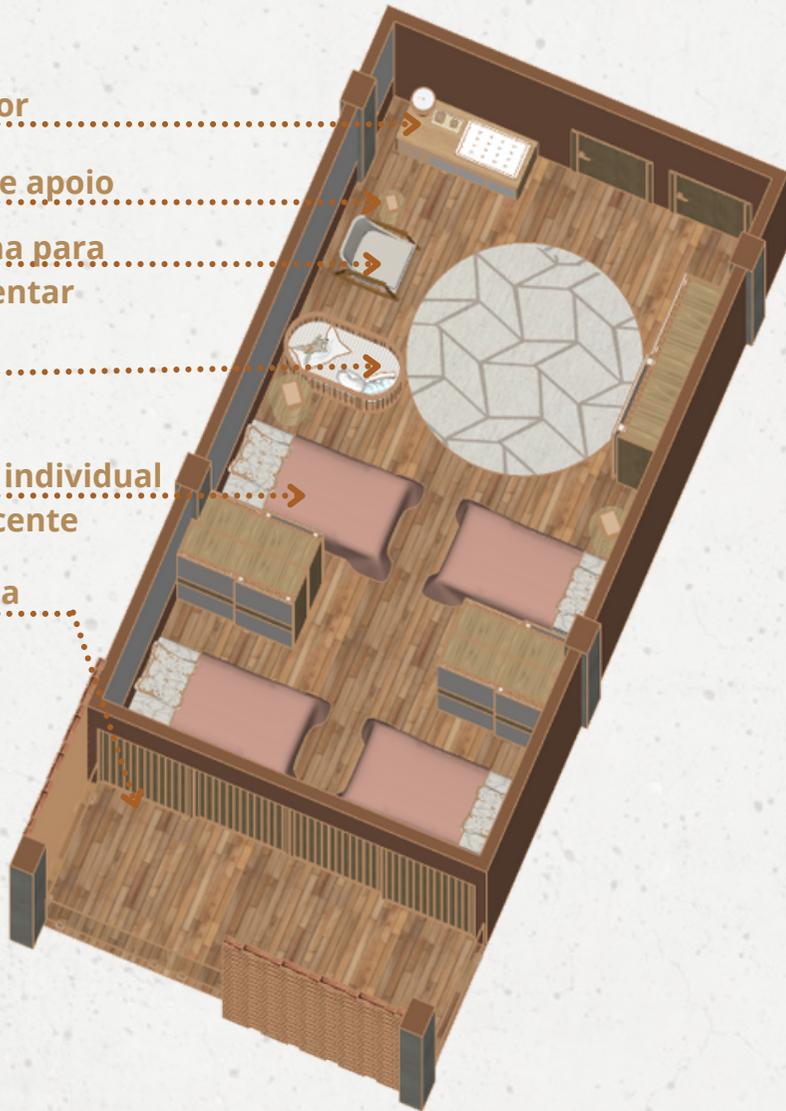


Figura 39: Planta baixa quarto para jovem mãe em perspectiva paralela.



Figura 40: Vista Espaço de berçário nos dormitórios.



Figura 41: Vista área das adolescentes

Imagem 42: Corte AA



Corte Longitudinal AA

Imagem 43: Corte BB



Corte Transversal BB

Imagem 44: Corte CC



Corte Transversal CC

PERSPECTIVAS



Figura 45: Vista Fachada Norte
Edificação

Figura 46: Vista Entrada Principal da Edificação



Figura 47: Vista Fachada Oeste



Figura 48: Imagem ilustrativa redário e área de quintal



Figura 49: Imagem ilustrativa espaço ecumênico



Imagem 50: Imagem ilustrativa da área de horta



Considerações Finais

A partir do exposto no referencial teórico, averigua-se a vulnerabilidade dessas adolescentes na sociedade pré e pós medidas protetivas. Antes por questões familiares, onde muitas vezes são expostas a situação de extrema violência tanto física quanto psicológica. Depois, mesmo após o processo de cumprimento de medidas, muitas vezes se sentem desamparadas e sem perspectivas futuras. Isso acontece porque, apesar da existência de políticas que regulamentem o processo de uma unidade socioeducativa e suas diretrizes a respeito do processo de ressocialização, essas ainda se encontram fora dos padrões impostos e, na verdade, se assemelham ao sistema carcerário de adultos.

Por isso, o presente trabalho teve como objetivo principal seguir o regulamento e as diretrizes do SINASE (2012), mas também buscou incrementá-lo levando em consideração questões que englobam principalmente as necessidades do sexo feminino e dessas meninas que vivem num mundo bem diferente do contexto masculino.

Por fim, apesar da dificuldade de encontrar projetos referências no Brasil e de nível mundial também que se encaixasse perfeitamente com o tema escolhido, foi possível, a partir de coleta de dados e usos de outros projetos, o embasamento de uma proposta projetual que considere as discussões que foram levantadas em toda a pesquisa.

Referências

AGREST, Diana I. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 585-599.

BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. BRASIL. Congresso Nacional. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei 12.594, de 18 de Janeiro 2012.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Resolução nº 46 de 1996.

BROWN, Denise Scott. et. al. Architecture. A place for Women. Smithsonian Institution Press Washington and London. 1989.

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA). 4º Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará. Fórum Permanente das ONG's de Defesa da Criança e do Adolescente. 2017.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SANTOS, Samara Silva dos; BORGES, Jeane Lessinger. Infração Juvenil Feminina: Uma trajetória de abandonos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004.

DIAS, Alisson de Souza. A arquitetura e a manifestação sensorial. Paraná: FAG. 2017.

"Escola Residencial AU Dormitory / TERRAIN architects" [AU Dormitory / TERRAIN architects] 21 Jul 2019. ArchDaily Brasil. Acessado 19 Nov 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/918896/escola-residencial-au-dormitory-terrain-architects>> ISSN 0719-8906.

FORTALEZA. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Resolução 236º de 2017. FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. 1º Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1963.

GRESSLER, Sandra Christina, GÜNTHER, Isolda de Araujo. Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. Universidade de Brasília. Estudos de Psicologia. 18(3). pg. 487 – 495. 2003.

ILANUD Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente-Brasil. Guia teórico e prático de medidas socioeducativas. UNICEF. 2004.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. 3º Edição. WMF Martins Fontes, 1961.

MONTEIRO, Paula. Mulheres invisíveis. Princípios para uma reconstrução do discurso em arquitetura. Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid, Campinas, São Paulo. v.7, n.2 [11] P. 55-66. Dezembro, 2015.

MUXÍ, Zaida ; MONTANER, Josep Maria. Arquitetura e política: Ensaio para mundos alternativos (Português). 1º Edição. Gustavo Gili, 2014.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente. 151p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RUBINO, Silvana. Corpos, Cadeiras e Colares: Charlotte Perriand e Lina Bo Bardi. Cadernos Pagu. 34º Edição. P. 331 – 362. Junho, 2010.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Levantamento Anual SINASE. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2015.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Levantamento Anual SINASE. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017.

SILVA, Débora Frizzo Macagnan. (2002). O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinqüente em adolescentes infratores. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.

SOUZA, Danielle Gomes de Barros. A repercussão das diretrizes pedagógicas do sinase nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação. 188p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

"Storstrøm Prison / C.F. Møller" 13 Dec 2017. ArchDaily. Accessed 30 Nov 2020. <<https://www.archdaily.com/885376/storstrom-prison-cf-moller>> ISSN 0719-8884

